Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela
Realizada no dia 26 de junho de 2020
Ata N.º 29

No dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte, pelas vinte horas e quarenta e dois minutos, no Cine Teatro São João em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Regulamento de Concessão de Benefícios às/aos Bombeiras/os Voluntárias/os do Concelho de Palmela;

PONTO TRÊS – Alteração ao Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Palmela (RUEMP);

PONTO QUATRO – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Reposição de pavimentos em calçada e outros – Junta de Freguesia de Palmela;

PONTO CINCO – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Reposição de pavimentos em calçada e outros – Junta de Freguesia de Quinta do Anjo;

PONTO SEIS – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Reposição de pavimentos em calçada e outros – União das Freguesias de Poceirão e Marateca;

PONTO SETE – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Reposição de pavimentos em calçada e outros – Junta de Freguesia de Pinhal Novo;

PONTO OITO – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Recolha de monos, verdes e afins – União das Freguesias de Poceirão e Marateca;

PONTO NOVE – Alteração ao Acordo de Execução – Gerir e assegurar a manutenção dos espaços verdes – Junta de Freguesia de Quinta do Anjo;

PONTO DEZ – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados – Junta de Freguesia de Quinta do Anjo;

PONTO ONZE – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados – União das Freguesias de Poceirão e Marateca;

PONTO DOZE – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados – Junta de Freguesia de Pinhal Novo;

PONTO TREZE – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Limpeza e desmatação de bermas em vias e estradas municipais asfaltadas – União das Freguesias de Poceirão e Marateca;

PONTO CATORZE – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Limpeza e conservação de espaços desportivos descobertos e de jogo e recreio municipais – Junta de Freguesia de Palmela;

PONTO QUINZE – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Limpeza e conservação de espaços desportivos descobertos e de jogo e recreio municipais – Junta de Freguesia de Quinta do Anjo;

PONTO DEZASSEIS – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Limpeza e conservação de espaços desportivos descobertos e de jogo e recreio municipais – Junta de Freguesia de Pinhal Novo;

PONTO DEZASSETE – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Limpeza e conservação de espaços desportivos descobertos e de jogo e recreio municipais – União das Freguesias de Poceirão e Marateca;

PONTO DEZOITO – Alteração ao Acordo de Execução – Assegurar a realização de pequenas reparações e promover a manutenção dos espaços envolventes nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico – Junta de Freguesia de Palmela;

PONTO DEZANOVE – Alteração ao Acordo de Execução – Assegurar a realização de pequenas reparações e promover a manutenção dos espaços envolventes nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico – Junta de Freguesia de Quinta do Anjo;

PONTO VINTE – Alteração ao Acordo de Execução – Assegurar a realização de pequenas reparações e promover a manutenção dos espaços envolventes nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico – Junta de Freguesia de Pinhal Novo;

PONTO VINTE E UM – Alteração ao Acordo de Execução – Assegurar a realização de pequenas reparações e promover a manutenção dos espaços envolventes nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico – União das Freguesias de Poceirão e Marateca;

PONTO VINTE E DOIS – Alteração ao Acordo de Execução – Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros – União das Freguesias de Poceirão e Marateca;

PONTO VINTE E TRÊS – Alteração ao Acordo de Execução – Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros – Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento e pelo Membro Sr. Carlos Alberto das Neves Moço.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto das Neves Moço;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sr. Luis Manuel Paciência Pato;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sr. José Pedro Rosado Carvalho;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sr. António Joaquim Viegas.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;

- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;
- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sra. Maria Luisa da Costa Fragoso Paulino;
- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.
- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador António Manuel da Silva Braz;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro;
- Sr. Vereador José Calado Gertrudes.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Rute Isabel Morgado Trindade da CDU,** justificou ausência à sessão de 25.06.2020, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada.
- **Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço** que se encontrava presente.
- **Sra. Rute Isabel Morgado Trindade da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Luis Manuel Paciência Pato** que se encontrava presente.
- **Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral da CDU,** justificou ausência à sessão, por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. José Pedro Rosado Carvalho** que se encontrava presente.
- **Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa da CDU, Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca,** justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **António Joaquim Viegas** secretário do executivo.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Srs. Carlos Alberto das Neves Moço, Luis Manuel Paciência Pato e José Pedro Rosado Carvalho da CDU** que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros trabalhadores da Câmara Municipal, Sr. Munícipe, vamos dar início à nossa sessão. Só para quem não esteve connosco ontem, nós tivemos uma reunião longa, ontem, hoje, apesar de ser sexta-feira, vimos todos com muita vontade de que a sessão não seja tão longa como foi a de ontem. Isto não é nada no sentido de vos inibir, como é evidente, em relação à intervenção ou às intervenções que decidam ou que queiram fazer. Estou meio a brincar, meio a falar a sério, é evidente que nós hoje temos uma sessão com vinte e três pontos mas os Srs. Membros da Assembleia sabem são vinte e três pontos que são basicamente todos iguais e há uma explicação que é comum a todos eles e isso vai facilitar muito a nossa discussão.

Entretanto, alguns dos nossos colegas Membros da Assembleia já não víamos algum tempo, também, a quem não esteve cá ontem damos as boas vindas hoje e esperamos que a normalidade vá surgindo aos poucos, enfim, não há sinais muito positivos nesse sentido e a prova disso é o facto de estarmos aqui todos com estas máscaras, com este calor, com esta sensação desagradável mas, ainda assim, é a mais segura de todos.

Para quem chegou hoje repito aquilo que disse ontem, a minha sugestão foi neste sentido e todos os Srs. Membros da Assembleia acompanharam, nós optámos por não tirar as mascaras quando se fala, porque aqui não há verdadeiramente razão para o fazermos isso acontece, nomeadamente, quando estamos a ver intervenções na televisão, na Assembleia da República, etc., porque normalmente destina-se a quem precisa da linguagem gestual ou dos intérpretes enão sendo assim não há razão para tirarmos a máscara.Claro que se houvesse aqui uma situação de um munícipe, por exemplo, que nos colocasse a questão "olhe eu preciso" é óbvio que nós fá-lo-íamos e estaríamos a seguir a desinfetar o micro etc., não sendo necessário, então assim, estamos todos mais seguros.

Para o período de antes da ordem do dia de hoje temos dois temas, uma Moção suscitada pela CDU e uma Saudação suscitada pelo Bloco de Esquerda, mas, antes disso, como sabem, temos espaço para a intervenção do Srs. Munícipes o que na Assembleia Municipal acontece no início da sessão."

Período de Intervenção dos Munícipes

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pergunto ao Sr. Munícipe presente se deseja usar da palavra, tal como anunciou previamente?

Pedia-lhe o favor de se dirigir ao microfone, como vai ser o primeiro a usar ele está limpo. De qualquer modo se quiser sentir-se mais seguro, nós temos um produto em baixo e um toalhete para fazer a higiene se sentir necessidade disso.

Pedia-lhe só que começasse por dizer o seu nome."

O **Sr. João Leitão:**

"Boa noite a todos, o meu nome é João Leitão, sou estudante universitário e venho aqui apresentar hoje duas propostas.

Boa noite a todos os presentes na sala, irei abordar dois tópicos sendo eles duas sugestões que irão potenciar e fomentar o fluxo de visualizações das Assembleias Municipais, assim como das Assembleias de Freguesia, assim como iria aumentar o número de assistentes, participantes.

Em primeiro lugar, gostava de referir que Portugal é o décimo país da União Europeia com o pior desempenho digital, divulgado esta quinta-feira pela Comissão Europeia, porém tem existido grandes progressos no espaço comunitário, como também de Portugal, nomeadamente devido à pandemia de Covid 19 que forçou uma transição digital para o *online*. A pandemia COVID 19 forçou a existência desta transição digital que estava prevista ser realizada de forma progressiva, não obstante foi executada de forma muito repentina face uma crise sanitária e económica sem precedentes que atualmente enfrentamos.

Vivemos um tempo totalmente atípico *sui generis,* em que o acesso à internet e a digitalização nunca foi tão fundamental, imprescindível, tendo sido um dos alicerces no combate a esta pandemia como a título de exemplo graças à Internet foi possível a continuação do ano letivo não nos moldes típicos, mas de uma forma possível de não congelar este. O ensino é o meio pelo qual é possível assegurar a igualdade, equidade e o direito de adquirir conhecimento, artigos treze da Constituição da República e artigo setenta e quatro.

A proposta que aqui apresento é a digitalização das Assembleias Municipais e de Freguesia, isto é proponho que as Assembleias Municipais, assim como as Assembleias de Freguesia, sejam feitas tanto de forma presencial, como *online*, via Internet em *live streaming*, ou seja em direito.

Ao se realizar as Assembleias Municipais, e de Freguesia, *online* e em direto íamos aumentar o número de participantes e o número de intervenções dos municípios, pessoas singulares que são um pilar de uma autarquia, o decimo segundo jogador de um onze inicial. Precisamos de aumentar o fluxo de participantes e é este o meio para se poder atingir esse fim, ao se colocar via *online* tanto as Assembleias Municipais como as Assembleias de Freguesia estaríamos a fomentar e a melhorar os índices democráticos, uma vez que estaríamos a estender a participação política e cívica a todos os munícipes.

Por último, gostaria de propor que as inscrições fossem feitas não apenas via telefónica mas, também, via *online*, devido à comodidade, praticabilidade e acessibilidade. Desta forma asseguraríamos o princípio de igualdade *lato senso* visto que iriamos ampliar o nosso público-alvo.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, pela sua intervenção.

Em circunstâncias normais, se houvesse outras pessoas continuaríamos a solicitar que fizessem as suas intervenções e procuraríamos discutir a seguir. Neste caso concreto não há mais ninguém, e eu gostava de adiantar alguma explicação para a questão colocada que não é nova. Eu queria começar por saudar a sua presença e de certo modo resiliência neste contexto que, de facto, não é nada favorável, nem simpático.

Queria apenas contextualizar um bocadinho mais, nós habitualmente nas sessões da Assembleia Municipal de Palmela, como de resto creio que nas reuniões de Câmara, nunca por nunca ser limitamos, nunca limitámos, não limitamos as participações nem apelamos à inscrição prévia. Aqui é uma situação absolutamente excecional e essa foi a razão pela qual no caso do Sr. João Leitão, que manifestou intenção de participar aqui na sessão, nós pedimos que genericamente identificasse a razão que o trazia e que confirmasse a sua presença porque, neste momento, como todos sabemos, de acordo com a lei, nós temos que garantir condições de segurança a quem vier a esta sala, não é o caso e, infelizmente, muitas das sessões da Assembleia Municipal não têm uma participação de munícipes em quantidade. Mas já aconteceu terem, nomeadamente em sessões descentralizadas, por exemplo, já aconteceu termos muitas, muitas, muitas, muitas, pessoas em sala. Por definição, tínhamos que acautelar que caso houvesse uma coisa desse tipo, nós tínhamos todas as condições para receber toda a gente, é esta a justificação para o facto de nós pedirmos a inscrição prévia. Atenção, isto não é uma opção única, porque há outras autarquias que, desde há muito, pedem a inscrição prévia dos munícipes que desejam participar seja nas sessões das Assembleias Municipais, seja nas reuniões de Câmara. A nossa convicção não é essa, a nossa convicção é que nós devemos ter o mínimo de barreiras à participação das pessoas, se as pessoas tiveram que telefonar, se tiverem que se inscrever, se tiverem que dizer qual é o assunto, nós consideramos que isso pode constituir um fator de inibição e não o fazemos habitualmente, isto numa primeira justificação para o facto de termos, anteontem e ontem, pedido que se identificassem e confirmassem a sua presença.

Depois, a questão de fundo e que é a sua. Não é a primeira vez, aliás, os próprios os Membros da Assembleia têm manifestado essa posição, também, e a Câmara Municipal está agora, finalmente, prestes a conseguir resolver esse tema que é o de fazer um procedimento para contratar no exterior esse serviço. A Câmara não tem condições para garantir esse trabalho internamente, à Câmara, à Assembleia Municipal e muito menos ainda às Juntas de Freguesia. Confirmei com o Sr. Presidente da Câmara, há pouco, que uma das propostas que ontem aprovámos, nomeadamente a alteração modificação ao orçamento, uma das verbas que tem prevista é exatamente aquela que se destina ao lançamento desse procedimento, o da contratação no exterior de um serviço que permite transmitir as sessões *online*, não sei como é que vai ser a questão da inscrição do ponto de vista técnico não percebo da solução, o que lhe posso dizer é que as experiências que já tivemos muito pontuais, funcionaram, funcionaram bem, ou seja, é óbvio que há mais gente a ver online de que a assistir em sala.

É claro que eu gostava de adiantar que, particularmente, penso que será uma pena se nós perdermos o hábito de nos deslocarmos aos sítios e de nos reunirmos em sala, são coisas, são relações completamente diferentes, acho que nenhum de nós tem dúvidas que a relação que os nossos filhos, netos, estabelecem com os professores e com os colegas *online* são completamente diferentes das relações que eles estabelecem com os professores, com os colegas em sala.

Todos nós, cidadãos, sabemos que aquilo que dizemos uns aos outros cara a cara, aqui em sala, é completamente diferente daquilo que se pode dizer nas redes sociais perante o anonimato, etc., etc., eu particularmente sou uma feroz defensora de que o *online* não pode, não deve substituir o presencial, o físico, o direto, mas, penso que estamos todos de acordo consigo que é se pudermos ampliar a participação e, obviamente, hoje em dia o *online* contribui para isso. Esse é o nosso objetivo, sabemos que vamos conseguir e gostaria de dizer é que espero que, numa próxima reunião, que queira estar connosco já tenha as alternativas presencial ou *online*.

Na sessão que ocorreu ontem, por adiamento, na sessão de abril nós deveríamos estar numa outra freguesia, precisamente íamos ter a sessão de Assembleia Municipal descentralizada, como aconteceu em fevereiro em Quinta do Anjo, de acordo com o que estava programado, que é outra das formas de procurar estar mais próximo. Isto é, tentar que as pessoas mantenham alguma relação de proximidade, de

vizinhança, e sobretudo relação entre os eleitos autárquicos e os cidadãos em geral. Espero que tudo isso possa ser retomado que é bom sinal por vários motivos. De qualquer modo muito obrigada pela sua presença.

Nós tínhamos duas outras pessoas agendadas, uma senhora e um senhor, eu penso que não vieram. Repito é um procedimento absolutamente excecional só para ser respeitador, digamos assim, das regras deste contexto em que vivemos.

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

A **Sra. Presidente de Mesa:**

Como já referi anteriormente, temos uma Moção e uma Saudação mas pergunto se, antes disso, há outras questões?

Então começamos pelas outras questões e depois terminarmos com as moções.

Tem a palavra o Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Sra. Presidente, uma boa noite para si e para todos os Membros da Assembleia, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público presente, Sr. Presidente de Câmara, técnicos do município em exercício de funções, uma boa noite extensiva a todos.

Gostava de trazer neste período de antes da ordem do dia três questões muito breves de alguma maneira.

Uma que tem a ver com uma intervenção que foi feita ontem aqui sobre o Parque Venâncio Ribeiro da Costa e ficou ali em aberto uma área que tem a ver com o miradouro, propriamente dito. Eu sei que também foi falado, mas a questão que nos aflige de alguma maneira, até depois de ouvirmos o Sr. Presidente da Câmara falar ontem aqui sobre as asserções multistas que a GNR de Palmela tem feito e o mesmo no Pinhal Novo, o que se nota do miradouro é uma presença constante de jovens que deixam resíduos. Quando digo resíduos, digo garrafas, muitas, de todos os géneros e algumas delas partidas e haveria necessidade de haver uma intervenção maior, nomeadamente em termos da vigilância e do controlo de quem utiliza o espaço numa hora em que não há muito mais gente a passar naquele sítio.

A outra nota que trago, tem a ver com uma pergunta que gostava de fazer ao Sr. Presidente de Câmara sobre um almoço convívio que ocorreu hoje, marcado pelo STAL, que reuniu cerca de quarenta pessoas, ao que sei, no refeitório dos Serviços Sociais. A porta tem um aviso, ao que me fotografaram e enviaram, que só podem lá estar a almoçar dez colaboradores. Recebemos alguns telefonemas de trabalhadores que inclusive tentaram contactar a Proteção Civil para pedir a intervenção da entidade e a pergunta era tentar perceber o que é que se passou, se foi uma questão que fosse trabalhada convosco, se houve intervenção da Proteção Civil a esse nível, se os Srs. Vereadores e o Sr. Presidente tiveram conhecimento e deram aval para que tudo isto pudesse ocorrer, enfim ter um bocadinho a noção do que se passou e do que efetivamente esteve na origem deste ajuntamento como agora se diz.

Terceira nota, Plano Municipal de Igualdade de Género. Eu tenho andado à procura deste Plano há algum tempo, temos falado dele, ainda é do tempo da Vereadora Natividade que tinha muito apreço por estas coisas e continua a ter, e ainda bem, mas a questão é que esse Plano tem vindo sucessivamente a ser protelado. Foi um Plano que esteve para ocorrer, ou para ver a luz do dia, no ano de dois mil e dezanove, que também foi anunciado pelo Sr. Presidente na tal ata de vinte e oito de novembro de dois mil e dezoito que ontem tive ocasião de escalpelizar aqui, mas o que é facto é que hoje, à data de hoje, continuamos sem

perceber exatamente o que é que aconteceu sobre este Plano e em que ponto está o Plano. Aqui é um desafio para o Sr. Presidente, ontem trouxe-nos aqui um dado muito relevante que tem a ver com o facto de Palmela ter sido o segundo município da Área Metropolitana de Lisboa, penso eu que foi assim que disse não sei se foi do distrito se foi da Área Metropolitana, que melhor execução orçamental tem e, portanto, essa execução orçamental só era ultrapassada pela execução orçamental do concelho do Seixal. Eu faço um desafio, eu já fiz este trabalho, é ver quantos são os municípios da Área Metropolitana de Lisboa que não têm o Plano Municipal de Igualdade de Género e Palmela fica muito mal vista em todo este processo.

Era só, muito obrigado Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Sr. Membro da Assembleia, Mário Baltazar do MIM."

O **Sr. Mário Baltazar do MIM:**

"Boa noite Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Vereadoras, caros colegas da Assembleia, funcionários da Câmara Municipal de Palmela.

Por acaso, o José Carlos iniciou, também, com o assunto que eu também traria aqui derivado de vários contactos que foram efetuados por funcionários da Câmara ao longo do dia de hoje em relação a esse almoço que decorreu no bar dos Serviços Sociais com cerca de quarenta pessoas lá dentro. Não irei avançar muito mais, tinha aqui outras questões, mas visto que mais ou menos se falou um pouco sobre isto não irei avançar de momento como mais nada.

Traria então aqui algumas situações de Palmela: largo D'el Rei Dom João I, antigo Rossio, mais uma vez para começar dizer que, já ontem aqui mencionei, caixas ao descoberto, sem tampas, canos ou seja a água a correr para fora onde se faz a rega, continuamos por vários espaços dentro de Palmela onde se fazem regas com esta situação. Esta situação no largo D'el Rei Dom João I, é mais uma em que, também, temos ali algumas fissuras em alguns muros, do lado esquerdo de quem desce, que estão praticamente daqui a pouco a tombar, além de, também no lado esquerdo desse espaço, termos ali algumas hortas que devem ser daqueles moradores e o espaço está da forma que está, sujo, muito sujo.

Descemos um pouco mais abaixo e voltamos ao largo da Boavista. Em primeiro lugar, informar que as paredes dos canteiros se encontram num estado lastimável, partidos, cheios de fissuras, com as partes superiores das pedras partidas, degraus partidos, e até os próprios bancos cheios de sujidade e também partidos, paredes pintadas. Neste mesmo local existem mais abaixo, também, duas bases para colocar dois candeeiros, ou que já deveriam ter sido colocados quando foi alteração, e ainda estão lá, estão fechados, estão vedados, muito bem acondicionados, mas continua a faltar esses candeeiros. Estou-me a referir à zona onde está o painel de azulejos que se refere às quatro estações, além de, nesse mesmo painel, termos deparado, no lado direito e no lado esquerdo, com duas caixas elétricas onde, provavelmente, em tempos, estiveram candeeiros em que os fios estão à mostra, mas candeeiros nada e inclusivamente estão esses fios à mostra.

Ainda nessa zona e descendo um pouco mais, que é quando se desce desse painel para a rua da Boavista, temos também ali sujidade por qualquer sítio, os canteiros em Palmela, eu não era para dizer já, mas vou já dizer, e tudo o que é jardins estão lastimavelmente muito, muito, maus e poderia trazer aqui e aponta-los todos, tenho-os todos referenciados, esse é mais um. Além disso quando descemos chegamos cá abaixo e deparamo-nos com uma placa que tapa e está a tapar a visibilidade da placa em que deveria dizer, e diz, rua da Boavista, uma placa de sinalização que continua lá. Mais abaixo, na Rua Heliodoro Salgado, onde está o estacionamento de deficientes de mobilidade motora, esse sinal mais parece a Torre de Pizza, há mais de dois meses que se encontra na mesma posição.

Agora volto por uma outra zona de Palmela, rua dos Caracóis, ou seja quem está na Nova Palmela tem aquela zona em que desce que vai ter à avenida ali perto da Sivipa. Em tempos foi colocado uma enorme pedra por causa da passagem de alguns automóveis naquela zona, mas acontece que muitas pessoas

daquela zona da Nova Palmela, pessoas mais idosas, frequentam muito aquele espaço para ir às compras aos hipermercados daquela zona. Acontece que, neste momento, os silvados de um lado e de outro estão a começar a tapar a zona, não sei se é da responsabilidade da Câmara Municipal de Palmela, se é dos próprios proprietários que habitam naquelas zonas, e têm os terrenos naquelas zonas, a limpeza daquele caminh, mas eu sei é que foi a Câmara que colocou aquela pedra naquele espaço.

Jardim de Aires, estamos em pleno Verão os pais gostam de sair com os filhos, passeiam um pouco ali por trás na rua do Parque, onde está o Jardim Infantil, o Polidesportivo, e temos presenciado que continuamos, independentemente de as obras terem sido atrasadas de ano para ano naquele espaço, a ter ali os dejetos de tudo o que é animais. Realmente temos lá um wc canino, mas o mesmo encontra-se atulhado, e volto a referenciar atulhado, de folhas dos sobreiros, não é limpo, além de se encontrar lá, também, num dos postes perto do parque infantil, colocado uma caixinha onde deveriam estar sacos para apanhar os dejetos. Não existe, há mais de mês e meio que sacos lá também não são colocados.

E agora, aí sim, terei que dizer nunca tinha visto isto nos últimos anos, o que está a acontecer, neste momento, seja em Palmela, seja no concelho, os jardins estão em péssimo estado e a prova é muito fácil. Aqui bem muito perto de nós no Jardim Joaquim José de Carvalho, só foram colocadas as flores ali quando no dia um de junho ou no mês antecedente, porquê? Porque iria haver as comemorações do Dia do Concelho, iriam estar todos por aquela zona e então foram colocados nalgumas zonas, porque se nós sairmos daqui e descermos aquele jardim nós começamos a ter essa perspetiva e estamos a falar de um espaço onde é entrada de muita gente que nos visita. Penso que deveria de haver um pouco mais de trabalho desenvolvido nessa área para que nós possamos dar a quem nos visita, para que as pessoas realmente entrem e comecem a ver que realmente Palmela é aquilo que se diz "Palmela é bela". E de "Palmela é bela" temos que trabalhar para que ela seja realmente.

Muito obrigado, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Não há outros pedidos de intervenção?

Vou dar a palavra ao Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira, por favor, e depois novamente ao Partido Socialista."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Boa noite, Sra. Presidente, permita-me na sua pessoa cumprimentar todas e todos os presentes.

A razão que me traz aqui hoje tem a ver com a questão falada aqui, ontem, pelo Sr. Presidente da beneficiação da Estrada Municipal 533 que liga a zona rural do concelho à sede do concelho e aos centros urbanos, entre Poceirão/Pinhal Novo e também Palmela.

Eu queria saber se está em vista a resolução de um problema, que subsiste há vários anos, que é na confluência, ou no cruzamento, da EM533 com o caminho municipal, ou estrada municipal, 542, ali entre Lagameças e Lau, onde na EM542, falta ali uma extensão de cerca de cinquenta/cem metros na conclusão da pavimentação desse troço de estrada. E eu queria perguntar, Sr. Presidente, e depois nesse cruzamento está também um PT, um posto de transformação da EDP. Esta questão já foi trazida aqui por nós algumas vezes, estamos de acordo que ali tem de haver uma solução diferente para o cruzamento de veículos, que não é aquela que existe neste momento, e eu queria saber se houve da parte do município, através da Câmara Municipal, diligências com a EDP, ou projetos, para que se crie ali, por exemplo, uma rotunda ou um cruzamento com sinalização semafórica para que não subsista aquele ponto de constrangimento do trânsito automóvel. Sabemos que esta via, refiro-me à 552-1, é utilizada por diversas pessoas que se deslocam para o trabalho em Setúbal e aquele ponto causa ali um bocado de constrangimento e chatices a muita gente. A alternativa é fazer mais cerca de dois ou três quilómetros, isto ao fim do mês e ao fim de um ano acarreta logicamente custos para quem utiliza aquela via de comunicação rodoviária. A minha pergunta, e volto a

reforçar, Sr. Presidente é se há desenvolvimentos ou soluções da parte do município para este ponto em concreto.

Relativamente ao tema que nos trouxe aqui o Sr. João Leitão dizer, e reforçar a Sra. Presidente da Assembleia, que o Bloco de Esquerda já trouxe aqui esta questão também por algumas vezes, é verdade que todos aqui gostaríamos de ter uma sala mais composta de público com intervenções, mas também sabemos que há pessoas que por dificuldades de transporte, ou por não terem condições físicas de mobilidade reduzida, ou deficiência motora, não podem estar presentes, que deveria de haver, à semelhança daquilo que já acontece com as reuniões de Câmara que é uma transmissão áudio e vídeo das reuniões de Câmara e aí o problema de logística ou dos meios técnicos para o efeito estão postos de parte porque eles já existem, era de que efetivamente se passasse a transmitir também ou a gravar também as sessões da Assembleia Municipal para consulta de todos os interessados e interessadas.

Disse, Sra. Presidente, obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, agora tem a palavra o PSD/CDS, Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Muito boa noite a todos os presentes, na pessoa da Sra. Presidente, dirijo-me a todos cumprimentando.

Eu ontem, nas minhas intervenções, falei de vários assuntos e esqueci-me de falar de um relacionado também com a rede viária. Há várias tampas ali junto ao Palmela Village, na avenida Dr. António Matos Fortuna e noutros sítios, que estão soltas. Eu acho que devia ser feito também um levantamento. As pessoas passam lá, todos nós podemos contribuir com o levantamento dessas questões, mas ali há várias.

A outra questão, seria saber se na Estrada Nacional 379, a Câmara tem mais alguma informação sobre a obra. Sabemos que é do Poder Central, não é da Câmara, mas gostávamos de saber se já havia alguma informação sobre esse assunto porque, efetivamente, agora já está nas últimas aquela estrada, sobretudo quem vem de Azeitão para cá e mesmo ali em zonas de quem vai para Setúbal. Eu acho que aquilo está mesmo a ficar intransitável. Agora que se protege os ciclistas, e muito bem, eu acho que nós os automobilistas temos que começar a pedir indemnizações, porque os carros não são baratos, muitos de nós precisamos deles para o trabalho. No meu caso profissional, é um instrumento de trabalho e estradas nestas condições... Mas quem diz estradas nacionais, eu aplico o mesmo critério às municipais, quando há problemas. Isto é uma luta que nós já temos há anos, e eu sinto-me de consciência tranquila porque mesmo quando o PSD e o CDS estavam no poder reivindicámos por escrito, e até nesta Assembleia, também essas obras e inclusive a do Pavilhão, que ontem falámos aqui, o Pavilhão Desportivo para a secundária de Palmela. E acho que nós nisto também estamos todos de acordo. Até já trouxemos aqui moções, mas quero dizer, só se pedirmos uma audiência e tentarmos saber alguma informação, bem sabendo que estes tempos de pandemia são difíceis, mas a estrada não sofre reparação há muitos anos e sei que também houve a crise, houve muita coisa, mas efetivamente agora está quase intransitável.

Na questão dos jardins, eu já ontem referi as ervas nos passeios em várias localidades e nalgumas urbanizações que é a Câmara que faz a manutenção. Efetivamente eu acho que há um défice também muito grande. Percebemos que houve a pandemia, mas estes casos nós também da Coligação trouxemos também aqui os muretes e tudo aqui em Palmela. Já é um problema que se vai arrastando há muito tempo não é só dos tempos do COVID 19. Eu sei que a Câmara pode não ter os trabalhadores suficientes para isso mas mesmo em Quinta do Anjo nota-se uma grande diferença entre as Colinas e os Portais da Arrábida, aliás eu já disse ao António Mestre que nós temos casas lá, é como em Palmela é um cartão-de-visita: os arruamentos, as pedras da calçada, tudo mais, pedras espalhadas, eu acho que os técnicos, e sei que alguns se deslocaram mas foi por causa do lixo. Devia haver uma deslocação mais frequente, eu sei que o concelho é muito grande mas há zonas mais urbanas, não estou contra as zonas rurais esses têm outro tipo de

problemas, do lixo, das ervas, tudo mais, nas bermas das estradas, mas nestes espaços ajardinados eu quando vou ao Poceirão vejo as coisas mais bem tratadas, sou sincera, talvez por ser uma zona com menos densidade nos locais centrais, mas eu acho que tem que ser visto ou então colocarem plantas que tenham uma duração maior mesmo da família dos cactos que tenham umas flores. Nós já trouxemos aqui essas propostas, mas não foi feito.

A relva, por exemplo, à entrada dos Portais a relva já está altíssima. Se tivessem posto aquelas plantas, como há ali em Azeitão, que dão flor, são uma espécie de uns cactos quase, não é bem, mas é da família não sei exatamente o nome, são plantas de maior duração, mais bonitas, e que não necessitam da mesma rega. Eu acho que muitas vezes são as opções que são erradas e já disse isto centenas de vezes, mas pronto algum dia havemos de ser ouvidos. Eu acredito que o Sr. Presidente até tenha vontade, mas realmente isto é um trabalho do grupo na parte da jardinagem, ou empresas, e assim a Câmara também gastava menos dinheiro na manutenção das relvas, nalguns casos, não quer dizer que não haja relva. Ali nas Colinas da Arrábida, em Quinta do Anjo, penso que seja uma empresa privada que continua a fazer aquilo. Hoje, por acaso, vi lá já há uns dias, em cima da relva, depois também há disto, a fazerem uma mudança está uma daquelas máquinas basculantes que vai deixar a relva "bonita" e para isso também são precisos inspeções, às vezes, ou fiscalizações neste caso, até que aquilo é visível por todos, como eu lá passei, passaram, se calhar, muitos de vós.

Temos que ter um bocadinho de brio no trabalho nesse aspeto, mesmo com as dificuldades todas é a escolha muitas vezes das plantas e as opções que se tomam, que muitas vezes saem mais caras e depois vamos contratar a privados, e às vezes, que gastam-se balúrdios e nestes casos dos canteiros pequenos eu acho que era fácil a Câmara fazer isto, mesmo que tivesse que contratar uma empresa de início para plantar essas plantas. Eu passo ali em Azeitão, por exemplo na freguesia de Azeitão, aquilo é um gosto ver-se comparativamente connosco sou muito sincera, já não vou para o Montijo e para outros sítios. Eu já disse isto aqui também e torno a repetir.

E é só."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Agora sim volta a ter a palavra o Partido Socialista, dou a palavra a Pedro Biu."

O **Sr. Pedro Biu do PS:**

"Boa noite, boa noite à Mesa, boa noite Sr. Presidente da Câmara, boa noite Srs. Vereadores, Membros da Assembleia, colaboradores da Câmara Municipal de Palmela e ao público presente, ao João Leitão neste caso.

Aquilo que me traz aqui é que nós soubemos recentemente que a agência do Millennium BCP vai encerrar no Poceirão, obviamente que é uma questão do direito privado e de uma decisão ligada a uma instituição privada, que é o Banco, e que a Câmara não pode, obviamente, fazer propriamente nada com isso. No entanto acho que é o problema que se cria junto da população, sabendo que é uma população com alguma idade e com características sociodemográficas ligadas à agricultura e que, se calhar, a capacidade de deslocação não vai ser fácil com a não permanência de um Banco. Acho que neste momento era a única agência que existia naquela região, por isso, os clientes que assim são conhecidos foram transferidos para agências mais longe, são obrigados a deslocarem-se, e, como eu disse, é uma questão de direito privado por isso a Câmara não deva, mas há aqui um problema que fica, de facto, com uma limitação de serviços e para essas características pode ser grave e é aborrecido.

Eu não sei se a Câmara, eventualmente, terá feito ou poderá fazer alguma coisa contra isso, segundo sei nem sequer um ATM (caixa multibanco) ficará lá. Hoje em dia uma caixa multibanco já não é só aquilo que nós pensamos que é uma maquina de levantar dinheiro é, de facto, uma capacidade de serviços de pagamentos, de depósitos, de obtenção de cheques e isso há muito exemplos no país hoje de Juntas de Freguesia e até de Câmaras que têm máquinas dessas instaladas. Eu acho que esse era um ponto, saber se a Câmara poderá eventualmente pensar numa situação dessas junto de algumas entidades, nomeadamente

há bancos com outros características e com uma ligação mais forte a Palmela e pode ser uma das hipóteses. Acho que é uma preocupação que a Câmara deve ter junto da população do Poceirão, porque foi apresentada, a própria União das Freguesias já mostrou insatisfação com este acontecimento e tenho dito.

Muito obrigado, boa noite."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Muito bem.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, tem a palavra agora a CDU, Domingos Rodrigues."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

"Sra. Presidente, boa noite, através da Sra. Presidente cumprimento todos os presentes.

É só uma observação, da última intervenção que foi feita, Eu creio que, justamente, foi bem levantado este problema, mas com toda a frontalidade deve de andar um bocado distraído. É que, de facto, aquilo é privado mas a Junta, a CDU e as populações já estão a tomar posição sobre esta matéria. O que eu queria dizer com isto é que, de facto, é de interesse público, é de interesse do concelho e "desafiava" o próprio Partido Socialista para que se pudesse juntar à luta, e à perspetiva, e ao desenvolvimento do trabalho que está a ser realizado, porque está a ser enviado até moções aprovadas e abaixo-assinados, e que também ajudassem à resolução deste problema.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada também.

Penso que não há mais pedidos de intervenção neste momento, pelo que pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se deseja então responder às questões colocadas ou observações."

A **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente da Assembleia, restantes Membros da Mesa, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sr. Munícipe que nos acompanha, trabalhadoras e trabalhadores do município, a todas e a todos cordiais saudações.

Pois bem se me permite, Sra. Presidente, procurando percorrer aqui o conjunto de questões suscitadas, iniciando pela questão suscitada pelo Sr. Membro da Assembleia do Partido Socialista José Carlos Sousa acerca dum almoço ocorrido em instalações dos Serviços Sociais nos Armazéns Gerais do município. Fui surpreendido ontem à noite com essa informação, como habitualmente o município cedeu instalações para a realização de um encontro de sindicatos, penso que da área da Administração Local, do STAL que decorreu nesta sala, como tem decorrido de outros sindicatos e até de outras forças políticas quando solicitam instalações municipais, e fomos surpreendidos ontem à noite com a ideia de algumas dessas pessoas que aqui estiveram durante a manhã de hoje terem sido convidados para almoçar no espaço que serve de refeitório aos nossos trabalhadores e que está devidamente entregue aos Serviços Sociais do município. Durante a manhã confirmado o número de pessoas houve, de facto, algumas reações também possivelmente por alguma falta de informação, porque o espaço tem devidamente identificada a lotação máxima, tem uma lotação de acesso ao balcão, eu frequento espaço e aliás ontem estive lá logo de manhã cedo a tomar o meu café e a conversar com alguns trabalhadores de algumas brigadas, tem uma lotação no rés-do-chão e tem uma lotação no primeiro andar. O Sr. Vereador também foi interpelado durante a manhã, eu estava numa reunião, a Proteção Civil também me pôs ao corrente e as instruções que foram dadas é: primeiro os sindicalistas têm acesso às instalações, foram convidados pela organização sindical, etc., e não tem problema nenhum e também quero referir que esta lógica (proibidos ajuntamentos, nós estamos num

ajuntamento) atenção que a atividade sindical, política, etc., etc., não está no âmbito da resolução do Conselho de Ministros sobre esta matéria do ajuntamento de pessoas, dez ou vinte, vinte ou dez, não tem nada que ver com isso, portanto, convido os cidadãos a refletir um bocadinho sobre aquilo que está em causa, e a informação que tive por parte da Proteção Civil primeiro o local tem um Plano de Contingência tem lotação definida, depois foi também assegurado que à hora de entrada no local já os nossos trabalhadores, que estão em jornada contínua, não estavam nas instalações, não houve ali qualquer infração do ajuntamento. O período desse almoço foi a partir das treze horas e trinta minutos, os trabalhadores em jornada contínua saem às treze horas a essa hora já estão geralmente com o seu banho tomado e de mala feita. O Sr. Mário Rui está ali a dizer que não, eu sei o que estou a dizer e sei também que estavam lá trabalhadores porque, naturalmente, os trabalhadores que estão nos piquetes das águas e nas brigadas esses é outro tipo de jornada contínua não vão embora às treze horas, não estou a dizer nenhuma inverdade, mas não vale a pena negar aquilo que estou a dizer corresponde à verdade. Foram utilizados os dois pisos e utilizou-se a mesma regra que está definida nos restaurantes e nos refeitórios com separação das pessoas e com grupos. Foi esta a informação que tivemos e a responsabilidade foi assumida, no cumprimento destas regras e destas matérias, pelos Serviços Sociais. Nesta matéria até não foi Sindicato que convidou, foram os Serviços Sociais e procurámos verificar que essas regras terão sido cumpridas, é a informação de que disponho.

Sr. José Carlos Sousa, relativamente à questão do miradouro, garrafas, etc., estamos atentos hoje até com estas dificuldades impostas ao funcionamento aí de alguns locais onde habitualmente muitos jovens passam os seus tempos livres durante a noite, etc., etc., eles fecham, como estão a fechar agora às oito horas, as pessoas pensam que eles vão para casa e naturalmente não vão para cas. Infelizmente encontramos garrafas em todo o lado, à porta da Câmara Municipal, no miradouro, no Parque Venâncio Ribeiro da Costa e noutros locais de Palmela, é impossível conseguir-se fazer a limpeza integral todos os dias, temos tido dificuldades, neste momento com apenas quatro pessoas disponíveis para a limpeza da Vila no Centro Histórico, para estarem a cortar ervas ou para estarem numa rua, no outro dia não vão à mesma rua e para já a nossa preocupação é limpar. As questões com a GNR são do momento, eu neste contexto do Covid 19 falo com a GNR durante o dia dezenas de vezes, naturalmente com outras preocupações, nomeadamente aquelas de assegurar quem está em vigilância ativa, está a cumprir o confinamento para não provocar qualquer surto de contágio, tem sido essa a nossa principal preocupação e as forças de segurança estão hoje, também, muito envolvidas e muito preocupadas e a dar prioridade a esta obrigação que temos de visitar espaços, de sensibilizar as pessoas para terem comportamentos preventivos de risco, isto a par de outras missões que não param como a vigilância dos terrenos que estão em incumprimento por causa dos incêndios rurais, etc., etc., mas procurarei fazer chegar também uma nota para que haja ali alguma preocupação de rondas que sejam dissuasoras de alguns ajustamentos que ainda por cima, depois, têm estes efeitos de deixar resíduos sobre o local.

Sobre a questão do Plano Municipal de Igualdade de Género, é um facto que o Plano não está concluído, Sr. Membro da Assembleia, e o que lhe disse em dois mil e dezanove no relatório é que foi adjudicado e passou de ano, aliás houve um período de inquéritos à organização, os próprios eleitos do executivo, das várias forças políticas, também fazem parte desse inquérito, dessa prestação de serviços com uma entidade ligada aos estudos de natureza de intervenção social e que estão a elaborar o nosso plano. Isso ainda está a decorrer mas, como já tive oportunidade de dizer noutros fóruns, tal não significa que não tenhamos trabalho feito nesta área e não nos envergonhamos do trabalho que temos feito nesta área e vou-lhe já dar uma nota e, mais uma vez, convido V. Exa. a consultar os indicadores dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável duma entidade credível, a Universidade Católica, em que Palmela aparece nesse indicador de Igualdade de Género com setenta e quatro vírgula seis por cento enquanto a média nacional são de sessenta e nove vírgula sete por cento. Também tem aqui um indicador que nos deve fazer perceber que o Plano é um Plano conceptual, tem depois planos de ação, mas nós já temos planos de ação antes da conceptualização, aliás a Sra. Secretária de Estado da Igualdade, numa reunião recentemente na Área Metropolitana de Lisboa, para tentar fazer com que todos os municípios assinassem um protocolo nesta área teve que dizer muito bem de nós, mas nós ainda não assinámos o protocolo porque estamos disponíveis para trabalhar nesse domínio mas não aceitamos tutelas nem imposições daquela natureza. O município por seu turno também com este processo do Plano tem procurado ainda ir buscar algum financiamento que existe para a elaboração de planos de segunda geração quando o nosso já é de terceira geração, ele não

estando feito quando estiver feito já está muito mais adiantado do que outros que bem conheço e que depois também teremos oportunidade de comparar. Mas é um aspeto que convém ter em consideração, porque nós somos práticos reflexivos porque de teóricos e de conceptualização isso já nós vimos há muitos anos noutros sítios e os indicadores que aqui são disponibilizados pelo Observatório são incontornáveis.

Sobre a extensa lista de questões, diria a relação da fiscalização, feita pelo Sr. Mário Rui nesta matéria tenho pena que não esteja cá o Sr. Vereador Pedro Taleço, mas está pelo menos o Sr. Presidente da Junta de Palmela, procurarei fazer chegar todos os seus apontamentos ao Sr. Vereador que tem as áreas da limpeza, dos espaço verdes e ao Sr. Presidente da Junta, já ontem falámos nisto alguns aspetos que tenham que ver com mobiliário urbano, outros que tenham que ver com perigos no espaço público o Sr. Vereador Adilo tomou nota e procuraremos atuar.

A questão colocada pelo Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira, do Bloco de Esquerda, é, de facto, pertinente, já falámos nela há muitos anos. O município tinha, em dois mil e onze, no tempo da vereação, um projeto de uma rotunda para o local, essa rotunda para além de ser extremamente dispendiosa parou nessa altura, não só por causa das dificuldades financeiras dos tempos da Troika mas parou sobretudo por causa de questões cadastrais. Há uma parte do terreno, onde está o posto de transformação elevado da EDP, que pertence à EDP e depois há um conjunto de arruamentos públicos em torno e há ainda vários terrenos particulares que, por sua vez, têm vários proprietários. O município encetou, através do seu Gabinete Jurídico, algumas diligências para procurar chegar a acordo com base nos preços legais de expropriação para o efeito não o conseguiu. Nos últimos tempos a solução que tem estado a ser direcionada para um outro caminho. Trata-se de um cruzamento em "X" entre a estrada dos Espanhóis, o aceiro ou rua do Caçarino e a EM 533-1 e quem vai no sentido poente-nascente, na EM533 e no aceiro do Caçarino onde há interrupção da pavimentação que tem que ver precisamente com o facto de estarmos em terreno privado, por isso é que o município ao longo de dezenas de anos não pôde concluir aquele arruamento. A solução que está neste momento gizada, e está no plano para executar este ano, desenvolvido pela DIVEP, rede viária toda a gente entende, é um entroncamento com o CM533 antes de chegar à interrupção que está no pavimento e que está a zona em terra batida. Como conhece o local, que eu sei que conhece bem, há-de reparar que está aí um arruamento que vai confluir com a 533 na direção do chamado Café do Pelicho e vamos fazer aí o entroncamento que tem muito maior visibilidade e a curva que é perigosíssima vai ser fechada com um rail metálico. Pensamos, assim, resolver as questões da circulação de trânsito em segurança, porque ali é sobretudo um problema de segurança, porque lhe confesso se aqueles cinquenta metros estivessem alcatroados e chegassem lá aquele cruzamento sem outra solução eu creio que o número de acidentes ainda era muito superior e pensamos que esta solução que já foi validada pelos nossos técnicos, e que está já em fase de caderno de encargos, será a solução que vamos implementar ainda este ano, assim como iremos implementar o asfaltamento de mais um troço precisamente nessa zona, que nos parece o troço mais degradado, entre essa curva e a zona do posto de combustível.

Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, tampas da Matos Fortuna, tomámos nota, vamos pedir a brigada do saneamento que intervenha. Habitualmente o trabalho que é feito é a colocação de algumas borrachas nas tampas dos coletores para que o ruído não incomode, embora estejamos numa fase em que com o calor o metal dilata, etc., segundo aquilo que nos explicam, isto não é novo, e não é a altura melhor para o fazer mas vamos fazê-lo, isso é um trabalho corrente que se faz todos os dias onde há reclamações.

A EN379, pois é, nós temos que nos preocupar com a rede viária municipal, somos só o concelho que tem a mais extensa rede municipal de caminhos e estradas do país, mas temos que nos preocupar, naturalmente, com as cinco nacionais que atravessam o nosso concelho e também temos feito chegar às Infraestruturas de Portugal as nossas preocupações e a necessidade de reabilitação. Foi-nos prometido que estava em estudo uma intervenção precisamente nesse troço, e nós interessa-nos é o troço entre São Gonçalo e a entrada de Palmela, eu até os levaria até à Volta da Pedra, esperamos que o façam antes de uma pseudo descentralização, coloquem nas mãos das autarquias estradas em péssimo estado sem qualquer financiamento, há ainda aqueles que têm uma ideia peregrina que o financiamento consegue-se através das receitas de publicidade ao longo da estrada. Quem tem hoje responsabilidades políticas e executivas, sabe que esse não é um processo sério e, por isso, é que nós temos, e tínhamos já este ano e fizemo-lo em todas as Semanas das Freguesias, até termos interrompido o ciclo, definimos este ano fazer reuniões com técnicos das Infraestruturas de Portugal. Temos um acordo que já foi anunciado para a EN5 em Águas de Moura,

cujo protocolo já teve o nosso parecer jurídico, enfim, está lá para decisão, o COVID 19 também tem sido desculpa para aquilo lá estar parado, temos esta intervenção para a Quinta do Anjo que irei falar com a Engª Manuela Trindade nas próximas semanas, tínhamos a mesma intenção para Palmela, sobretudo para a desnacionalização do troço entre a avenida do Palmelense e a rotunda da Garrafa da Unicervi, o município está disponível para ficar com estes troços mas tem que haver uma reabilitação e a partir daí tudo bem o que vier a seguir os custos serão municipais.

Sobre a questão dos espaços verdes, como sabe ainda temos o *outsourcing* do município outros já estão entregues à nossa Junta de Freguesia, hoje teremos oportunidade de ampliar a área a entregar à Junta de Freguesia e a respetiva compensação financeira, eu creio que a escala também vai ajudar a nossa freguesia a ter uma maior capacidade de resposta. Quanto às questões das plantas, etc., eu ouço todas as opiniões e admiro todas as opiniões, cada caso é um caso, há freguesias que tem umas rotundas e uns canteiros que têm, se calhar, quinhentos metros de espaços verdes, outras que têm milhares de metros de espaço verdes que nós passámos por lá e nem nos apercebemos, os contextos são diferentes, mas nestas matérias os paisagistas têm hoje optado nuns casos pelas placas de relva, por ser mais fácil a manutenção, noutros casos por um conjunto de plantas da época que dão mais trabalho depois a tratar das infestantes, a fazer a retancha, mas há muitas soluções, nós estamos a procurar muitas, por exemplo, na placa de relva à entrada de Palmela onde foi feita a evocação com a peça da Cidade Europeia do Vinho 2009, as plantas que lá colocámos foi uma experiência, e é uma experiência que está a ser bem sucedida, alguém também não gostou porque eram cactos, mas hoje podemos verificar que estão com excelente aspeto e que valorizam muito aquela entrada.

Relativamente ao Balcão do BCP, no Poceirão, o município já contactou a administração, conhece mas não aceita nem se conforma com as razões. No dia um levaremos uma Moção com a nossa posição a reunião de Câmara, mas posso desde já aqui adiantar que é estarmos totalmente contra esta lógica de uma banca, que sendo privada, aqui já foi referida é privado, está bem é privado, mas quando se trata de alavancar financeiramente a banca quem é que paga? É que nós não estamos só pagar o Novo Banco nem a Caixa Geral de Depósitos, nós temos estado a pagar, e pagámos durante muito tempo, e, possivelmente, vamos ter outras, outros novos bancos, outras TAP, etc., ela é privada só que algumas coisas porque para outras coisas precisa do dinheiro por causa do equilíbrio do sistema bancário. Ora quando os bancos nos dizem a carteira de crédito que tem naquela freguesia não justifica ter um balcão aberto, só se morar lá um Champalimaud, o senhor já partiu, mas tinha, de facto, grandes verbas, portanto, esta ideia de serviço público. Agora Sras. e Srs. Membros da Assembleia, eu também discordo desta lógica "…então eles coitadinhos que são uns malandros, uns vilões, vão-se embora então vá lá à Câmara…" então a Câmara qualquer dia monta um banco, também, abrimos um balcão, qualquer dia pagamos aos bancos para estarem cá. É que nós temos criado condições e pagámos, porque é verdade, pagamos para ter caixas de Multibanco em eventos, onde temos milhares de visitantes, umas vezes temos apoio de uma determinada agência bancária, pagamos para ter caixas de Multibanco nos Mercados Municipais, não tivemos preocupados com a afluência, porque no Mercado Municipal de Palmela e no Centro Histórico há poucas pessoas, mas o município fez um investimento e aquilo que ali está é pago pelo município, mas este não é o caminho, nós temos que reivindicar à banca. Querem fechar a agência? Vamos lutar até à exaustão e, naturalmente, penso que legalmente ninguém conseguirá opor-se, mas temos que reivindicar que mantenham serviços nem que seja Multibanco, digitais e outros, em funcionamento naquela localidade e, portanto, a questão da caixa de Multibanco é como os Correios, ouvi poucas vozes contra o fecho dos Correios, agora já nos preocupámos outra vez, portanto, isto fecha tudo. Já agora quero aqui chamar a colação um aspeto muito importante, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, nós temos aparentemente, dizeis aqui que estamos todos de acordo, lutado pela reposição das Freguesias de Poceirão e Marateca independentes, o Governo tem rejeitado projetos de lei de várias forças políticas sobre esta matéria que permitiam resolver isto rapidamente antes do próximo ato eleitoral. Prometeu para o final da anterior legislatura uma proposta de lei sobre essa matéria, não cumpriu, é para esta legislatura, entregou na Associação Nacional de Municípios, nós já conhecemos o parecer da Associação Nacional dos Municípios que felizmente é desfavorável, aquilo que apresentaram não é um anteprojeto de proposta de lei para permitir a reversão das freguesias agregadas, é um projeto de lei para acabar ainda mais com as freguesias, sabe porquê? É porque quando começam a colocar, por exemplo, Poceirão cumpre à luz da atual lei, cumpre e ultrapassa todos os critérios que é necessário para ter uma freguesia independente. Com os critérios que

põem nesta proposta de lei, não ter uma entidade bancária ou não ter uma farmácia ou outra coisa assim já não permite ser freguesia. Estas questões do desaparecimento destes serviços sejam os públicos, sejam os privados, sejam os públicos que foram privatizados, como é o caso dos Correios, constituem hoje critério para criação e reposição de freguesias, e isto é inaceitável. Qualquer dia quem perder serviços, perde o estatuto administrativo que tinha, perde o estatuto de vila, perde o estatuto de freguesia, qualquer dia até perdem o estatuto de concelhos, sim, porque houve quem quisesse também agregar concelhos, não foi só freguesias. Perdoem-me este enquadramento político, mas é uma matéria que eu julgo que é pertinente voltarmos a esta sala, se queremos efetivamente ser consequentes com aquilo que todos defendemos, pelo menos em período eleitoral, para com a reposição das freguesias de Poceirão e Marateca temos que estar unidos, ser consequentes com aquilo que dissemos e ir à luta, e estas questões têm que ser denunciadas e têm que ser combatidas, penso que a União de Freguesias começou logo na altura própria, no próprio dia que soube, foi o mesmo dia em que a Câmara também foi visitada por um membro do Conselho de Administração do Banco, pensei que nos viessem tentar vender crédito, mas não, vieram dar-nos uma péssima notícia, fez o trabalho que tinha a fazer, a população está a movimentar-se, várias forças políticas também e a Câmara, naturalmente, vai estar do lado certo deste combate.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Mais alguma intervenção Srs. Membros da Assembleia?

Mário Baltazar do MIM".

O **Sr. Mário Baltazar do MIM:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

Não era para voltar a este espaço neste momento, mas só para relembrar o seguinte: ainda falando sobre o almoço já que eu estava a abanar, como o Sr. Presidente disse e que sabia todos os casos, dizer que só permaneciam vinte pessoas a almoçar, cadeira sim, cadeira sim, no primeiro piso e mais vinte pessoas a almoçar no piso inferior, cadeira sim, cadeira sim, mais os funcionários que estavam ao balcão e outros que estavam a servir, não quero avançar mais em relação a essa matéria mas só para deixar aqui uma nota.

Em relação à lista extensa, que o Sr. Presidente diz que apresentei, espero que, através da Sra. Presidente da Assembleia, nos façam chegar as respostas às questões que nós colocámos e já agora também para relembrar o seguinte: em vinte e cinco dias o concelho de Palmela tem mais vinte e um casos, e em vinte e quatro horas mais quatro casos.

É tudo, muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, mais alguma intervenção?

Então, não havendo, e para encerrar este período de antes da ordem do dia, vou dar a palavra à CDU para apresentação da Moção que nos remeteu, e que já está distribuída a todos, e depois ao Bloco de Esquerda para fazer o mesmo em relação à Saudação."

Moção CDU "Salvar centenas de MPME: primeiro passo para retoma económica de que o concelho de Palmela precisa"

Tomou a palavra o **Sr. Joaquim Caçoete** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia para a discussão desta Moção, quem deseja usar da palavra?

Tem a palavra o Partido Socialista, José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Duas ou três notas sobre esta Moção, em que o PS se vai abster.

Por um lado o vosso Secretário-Geral, Jerónimo de Sousa, nalguns debates, não nestas legislativas mas nas anteriores, lançou um outro termo que não este micro, pequenas, médias empresas, começou nas Nano é verdade, e esqueceram-se das Nano aqui, claramente, e penso que deveria de estar. Todavia acho que a questão está colocada exatamente ao contrário, porque se não fosse o lay-off simplificado o desemprego teria atingido um valor consideravelmente muito mais alto, cerca de catorze e meio por cento de acordo com as diferentes universidades.

Quando os senhores aqui dizem que os empresários não conseguiram aceder ao lay-off simplificado porque tinham questões com Segurança Social, com autoridade tributária, com a banca, etc., sabem porquê? Não estavam legalizados, tinham trabalhadores a quem não passavam recibos, tinham condições de trabalho precárias, não estavam operacionalizados no mercado e depois o Estado chegava-se à frente? Consultei agora aqui no Google, rapidamente, quanto é que tinha sido gasto pelo Estado até maio nesta questão do COVID 19, quanto é que tinha sido gasto, a Câmara de Palmela gastou duzentos mil euros, disse o Sr. Presidente da Câmara ontem aqui, o Estado gastou duzentos e cinquenta e sete milhões, e dá-me a ideia que aquilo que temos que fazer, não nos querendo claramente substituir aqui ao Governo, nesta linguagem muito da CDU que é "exige" do Governo, que façamos aqui um trabalho interno que permita que aquilo que consigamos e que possamos ajudar cada um dos empresários, cada um dos diferentes elementos que constituem este concelho de Palmela, independentemente do sítio de onde vêm, se possa efetivamente consubstanciar em algo porque aquilo que existe em termos de economia paralela não pode claramente estar contemplado aqui.

O Governo fez um caminho que, enfim, para muita gente poderá ser um caminho fraco, pode ser um caminho ainda muito longe daquilo que seria de desejar, mas o que é facto é que não há sistemas perfeitos, mas dá-me ideia que todos os dias ouvimos novas propostas que vêm muito ao encontro daquilo que os senhores aqui também dizem, ou seja, há aqui questões que, neste momento, estão praticamente ultrapassadas embora ainda constem aqui nesta exigência.

Há menos vinte mil empresas em lay-off e eram cento e cinco mil no ponto mais alto da pandemia, há aqui um percurso que está a ser feito e que não é um percurso que tenha uma matriz como a matriz dos novecentos e quarenta trabalhadores do município de Palmela é uma matriz com um número de trabalhadores, colaboradores, de funcionários, de muitas empresas muito mais largo e que pode, de alguma maneira, ter uma outra expressão em termos nacionais. No entender do PS as questões estão a ser trabalhadas não paulatinamente, estão a ser trabalhadas diariamente no sentido de colmatar as necessidades das diferentes empresas e do tecido económico.

A pandemia é o que é, como eu costumo dizer e aquilo que se previa que podia ser uma situação mais transitória acaba por não ser, e isso implica um maior dispêndio por parte do Estado e do Governo, neste caso.

Era só, muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Tem a palavra agora, Carlos Oliveira do Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

É curioso ver um partido como o PCP, que por diversas vezes lançou alguns mimos menos simpáticos ao Bloco de Esquerda nomeando-nos de partido dos intelectuais burgueses, trazer aqui hoje uma Moção que diz respeito à defesa das MPME, entenda-se micro, pequenas e médias empresas, onde o termo trabalhadores só aparece no quarto parágrafo da Moção. Eu acho que é um discurso perigoso, nós colocarmos de um lado as grandes empresas, e nisso estamos de acordo, que são as que maiores lucros obtêm na sua atividade económica e depois ainda beneficiam de incentivos, ou medidas, no contexto da pandemia, mas já não concordo em que ponhamos tudo no mesmo saco as micro, pequenas e médias empresas, isto porquê Srs. Membros da Assembleia? Se considerarmos que as micro empresários sejam os proprietários de pequenos estabelecimentos como cafés, pastelarias, restaurantes e oficinas, em que o trabalhador é o único proprietário, aí sim uma empresa individual, isto é pacífico e entendemos que é premente esta situação da crise resultante da pandemia.

Mas para um partido como o PCP colocar no mesmo saco as médias empresas, que sabemos que no contexto industrial de Portugal é a grande maioria de empresários e que são esses empresários que também praticam muitos deles, não estou a dizer que são todos, os maiores abusos em termos de contratos de trabalho, muitos contratos precários, às vezes trabalho extra não remunerado, é aqui um bocadinho um discurso perigoso da parte do PCP.

Diga-se, aliás, que a CGTP também têm libertado alguns comunicados que vão no mesmo sentido que agora o supra sumo da CGTP também é a defesa das pequenas e médias empresas.

Vamos votar favoravelmente esta Moção com algumas reservas, mas queremos aqui deixar claro que é uma deriva perigosa para o PCP estar a chegar-se a outros caminhos que não aqueles da defesa dos trabalhadores e da economia real.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Só vi um pedido de intervenção, novamente do MIM, Mário Baltazar."

O **Sr. Mário Baltazar do MIM:**

"Peço desculpa de não estar a limpar aqui o espaço, mas podem ficar descansados que já fiz dois testes e não há nada que pegue comigo, sou mesmo muito mauzinho.

Em relação a esta Moção, não era para fazer qualquer intervenção em relação a esta matéria, mas houve aqui uma única palavra que me fez despertar a atenção quando voltamos a página, "exige" do Governo, isto é o discurso típico do PCP. Ou seja durante quatro anos, na última legislatura, estiveram lá de mão dada, levarem-nos ao colo até ao sítio certo, neste momento continuam a dar a mãozinha e a deixar andar e depois trazem-nos moções destas e a exigirem, jamais. Isto é simplesmente para vos dizer que nos iremos abster em relação a esta Moção.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Mais alguma intervenção, Srs. Membros da Assembleia?

Vou dar a palavra ao PSD/CDS, Teresa Marta Joaquim."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Boa noite a todos, na pessoa da Sra. Presidente permitam-me cumprimentá-los a todos e esperar que estejam todos de boa saúde, bem como as famílias.

Em primeiro lugar não duvido absolutamente nada da bondade desta Moção, acredito plenamente que foi redigida nesse princípio, nessa qualidade. Há algumas coisas em que, de facto, estou ou estamos plenamente de acordo nomeadamente esta questão dos sócios-gerentes, destes apoios aos sócios gerentes das micro e pequenas empresas equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes. De facto, nós esquecemos muito que o sócio gerente muitas vezes não tem rendimento destas empresas dada a sua dimensão e a sua fragilidade a nível social e a nível económico, sobretudo a nível económico, e é isso que eu digo que não duvido absolutamente nada da bondade desta Moção, mas recordar o seguinte, e isto eu posso dizer de palavra própria porque eu sou trabalhador independente, em março deste ano eu tive uma quebra de rendimentos de noventa e seis por cento, em abril eu tive uma quebra de rendimentos de cem por cento, em maio eu tive uma quebra de rendimentos de setenta e três por cento e em junho, falta até dia trinta e eu como seu positiva, vou contar ter uma quebra de rendimentos de sessenta por cento.

Cada recibo verde que eu passo como formadora, ou como autora, neste caso como formadora que é a minha atividade principal neste momento, e como consultora, eu retenho vinte e cinco por cento de IRC, portanto, vinte e cinco por cento do recibo vai para IRC e retenho vinte e três por cento de IVA, certo? O que é que eu tenho que fazer com o IVA? E como eu trabalho muito com setor público da Administração Central ninguém me contrata para dar formação se tiver a Segurança Social atrasada e IVA atrasado, ora o IVA que eu estou a receber, que a entidade me paga, vinte e três por cento eu recebo e claro que se eu não o devolver em cada trimestre vai ser complicado, eu fico com dívida e já não me contratam a seguir. A Segurança Social exatamente a mesma coisa, nós temos de todos os meses pagar a Segurança Social em função daquilo que foi o nosso trimestre.

O que é que aconteceu neste trimestre crítico e vocês conhecem-me e sabem que eu sou uma família monoparental, não há nem marido, nem pai, porque o meu pai infelizmente tem uma reforma mínima que ajude nesta situação, portanto o que me salvou neste período foi ter as minhas contas em dia com a Segurança Social e com as Finanças para conseguir que o próprio Estado me continue a pedir formação e que me continue a dar trabalho, no fundo é isso.

Considero que a bondade está cá, o princípio é bom, mas atenção somos nós próprios como consumidores que muitas vezes permitimos a tal economia informal, que é quando nos perguntam assim "e vai querer fatura?", fundiu a lâmpada do veículo, vamos à oficina "quer fatura?" o não sei quê do vidrinho não funciona "quer fatura?" e nós dizemos "Ah, se calhar, não", e o que é que acontece sempre que um empresário micro empresário deixa de passar um recibo ou uma fatura, ele no fundo aquele dinheiro entrou, sabe bem na altura mas, depois, quando ele não tem nada não há ninguém que o possa ajudar, porque funcionamos assim.

Para vos dizer que num princípio e naquilo que é a base concordo plenamente, mas como estão tantos assuntos misturados, acho que sim senhor que esta questão dos sócios-gerentes devem, de facto, ser equiparados a trabalhadores independentes, embora percebendo o valor como não concordo com todos os itens que estão, o meu sentido de voto vai ser a abstenção, mas de qualquer forma dizer-vos que, até na primeira pessoa, entendo perfeitamente o conteúdo desta Moção.

Obrigada."

"A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Quem é que pediu a palavra? Não há ninguém.

Pergunto à CDU se querem acrescentar algo a estes comentários? Se não, vamos votar.

Joaquim Caçoete, por favor."

O **Sr. Joaquim Caçoete da CDU:**

"As micro, pequenas e médias empresas é a designação que eles próprios têm, não é outra é esta e não se pode aqui separar, acho que esta questão das micro pequenas e médias empresas é o que reflete na realidade aquilo que estes empresários estão a passar, pequenos empresários.

A questão do apoio à tesouraria para assegurar empréstimos era importante nesta fase para que não feche, porque há muitas empresas que vão fechar e dificilmente irão abrir. Depois, nós temos aqui aquela situação que ou tinham situações por resolver ou em resolução perante a Segurança Social, Autoridade Tributária ou a banca, ou seja estavam por resolver ou em resolução e com a pandemia eles não conseguiram nem resolver nem tinham solução para isto, neste sentido ficaram excluídos. É neste sentido que a Moção pede que haja uma inversão de que estas situações que estavam por resolver sejam tidas em conta, também, juntamente com os apoios que foram concedidos, estas medidas de apoio que nós valorizamos aqui que o Governo avançou com algumas medidas de apoio, mas que são claramente insuficientes e limitadas e depois enumeramos aquilo que achamos que deve ser colocado ao serviço desta fase.

Obrigado."

Sra. Presidente de Mesa:

"Muito bem, então vamos votar esta moção."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor (quinze da CDU e dois do BE) e catorze abstenções (nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e dois do MIM).

<u>Saudação BE "28 de Junho – Dia do Orgulho LGBTI"</u>

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Oliveira** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta Saudação, quem deseja intervir?

Dou a palavra ao PSD/CDS."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Boa noite, permitam-me que na pessoa da Sra. Presidente cumprimente todos os presentes.

Por princípio eu entendo que não devemos ter orgulho, ou vergonha, por nada que não escolhemos ou não seja revelador dos nossos méritos ou talentos individuais ou coletivos. Todavia a título pessoal, neste caso

em particular, abro uma exceção porque entendo que a forma como foi vilipendiada socialmente a comunidade "LGBTI" ao longo de vários séculos é justificável que celebre publicamente e com orgulho a sua orientação sexual sem constrangimentos de qualquer tipo de ordem.

Basta que recordemos que no Reino Unido a prática de atos homossexuais foi considerada crime até mil novecentos e sessenta e sete e o Reino Unido é a mais antiga democracia plena da Europa. É do meu entender que uma sociedade contemporânea onde qualquer que ela seja e que se pretende respeitável, não pode humilhar nenhum dos seus membros.

Deste modo votarei favoravelmente esta Saudação apresentada pelo Bloco de Esquerda, embora o faça a título individual e não em nome da Coligação Palmela Mais, uma vez que em matéria de consciência não deve ser imposto nenhum sentido de voto coletivo.

Tenho dito. Obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Dou agora a palavra ao Partido Socialista."

A **Sra. Patrícia Caixinha do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente da Assembleia, na sua pessoa permita-me cumprimentar a restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caras e caros Membros da Assembleia, trabalhadoras e trabalhadores, técnicos e técnicas da autarquia, público presente, uma boa noite.

Em relação a esta Saudação ficámos na dúvida aqui se será votada. Independentemente disso quero apenas dizer que a questão da igualdade e em particular a questão "LGBTI" é um tema muito caro e muito sensível ao Partido Socialista.

Quanto à Saudação, não temos nada a apontar apenas referir aqui que consideramos que o terceiro parágrafo fala aqui de vários grupos vulneráveis, mas no panorama global da Saudação não existe mais nenhuma referência a não ser aqui neste terceiro ponto em termos de discriminação. Acompanhamos obviamente esta celebração apresentada pelo Bloco de Esquerda, se houver sentido de voto votamos favoravelmente e desejando é que, em breve, todos os dias sejam dias para celebrar a igualdade, porque isso sim seria um verdadeiro orgulho para todas e para todos nós. Já agora, também desejamos que o tão desejado plano da igualdade contemple, também, estas referências e esta questão tão importante para o concelho.

Disse."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra o Bloco de Esquerda novamente."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Muito rapidamente Sra. Presidente, compreendo a observação do Partido Socialista à Mesa da Assembleia, de facto é um texto bastante genérico. Trata-se simplesmente e tão só de uma Saudação, se fosse uma Moção, um documento num contexto diferente de reivindicação de direitos aí já teria uma informação mais completa e aí sim teria todas essas valências que apontou, no entanto percebemos a sua observação e ela é pertinente.

Era só."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma intervenção Srs. Membros da Assembleia?

Tem a palavra agora a CDU."

A **Sra. Cristina Moura da CDU:**

"Boa noite, na pessoa da Sra. Presidente cumprimento todos os presentes aqui na Assembleia.

A Bancada da CDU, na generalidade, concorda com esta Saudação à comunidade "LGBTI" e a todas as manifestações do seu orgulho e da sua forma de ser.

É realmente nesta altura de pandemia, são momentos em que se acentuam todos estes problemas de diferença e de também indiferença da sociedade para com estas comunidades e estas pessoas. De referir que o isolamento ou confinamento fez com que jovens "LGBTI" fossem privados de estar com os seus companheiros ou as suas pessoas de relações próximas, com todos os problemas familiares associados, se para nós pessoas que não temos estas discriminações, pessoas discriminadas sentem-se muito mais confinadas na sua forma de ser.

Por outro lado nos últimos pontos, na segunda página, de referir que está um bocadinho vago as saudações, os pontos de saudação, refere-se saudar todas as lutas de pessoas e organizações, etc., no município, saudar associações e entidades que no município contribuem, mas, também, fica omisso a questão do próprio município, de todo o trabalho que o próprio município também tem feito no apoio da comunidade "LGBTI".

Vamos votar favoravelmente. Disse."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Agora dou a palavra, ao PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Em primeiro lugar, como católica assumida que sou não descrimino as pessoas em função do sexo, da raça, da cor, da religião, embora tenha dito muitas vezes aqui nesta Assembleia que alguns fanáticos religiosos o façam, aí não posso defendê-los, em todo o caso sabem a minha posição pessoal quanto a isto.

As saudações, no meu entendimento, não são sujeitas a votação, por outro lado o Bloco de Esquerda aqui no último parágrafo na primeira página diz: "Assim, a Assembleia Municipal de Palmela…delibera:", não é propriamente uma deliberação.

O ponto três, da segunda página, acaba por ser aqui uma amálgama de coisas que eu até concordo, mas que não tem a ver com a Saudação inicial. Percebo que isto é uma Saudação ao fim ao cabo geral, se bem que acho que aqui nos considerandos também deviam ter posto qualquer coisa sobre essas entidades que aqui enumeram. Mas isto cada um, decide, isto é a liberdade, assim mesmo, e como tal se for sujeita a votação, por essas questões, não votarei favoravelmente, embora nós nesta Assembleia já tenhamos votado saudações, também, mas a minha posição e a minha interpretação sempre foi esta."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Eu estava aqui a tentar esclarecer porque nós temos aqui uma questãozinha. Primeiro eu penso que, em termos históricos, independentemente de ter havido alguma sessão não totalmente assim mas, nós temos votado saudações. Recordo, por exemplo, que a figura habitual para o que fazemos, a propósito do "8 de

Março - Dia Internacional da Mulher", é uma saudação e elas são votadas, eu acho que nós temos votado saudações, o que não temos votado são recomendações isso está expresso no regimento.

Eu creio que a dúvida é que nós não assumimos aqui a expressão Saudação, assumimo-la por osmose porque na verdade apresentar preferencialmente por escrito, propostas, recomendações, pareceres, moções e requerimentos, depois propor, apresentar, nós tratamos em conjunto e depois separamos as recomendações, não são um parecer, não são uma moção, não são uma proposta, as recomendações nós não temos votado cada um apresenta as suas recomendações. Não há aqui nada que seja verdadeiramente tratado com a figura da saudação, mas nós temos aqui desde os votos de louvor, esses são forçosamente votados, mesmo congratulações, nós temos entendido a figura da saudação como algo que nós votamos sempre. É um daqueles assuntos que é um bocadinho omisso no nosso regimento.

Se não houver nada a objetar penso que era essa a convicção do Bloco de Esquerda quando apresentou com esta figura de Saudação, não é uma Moção como diz, porque não é um documento mais substantivo e a razão entende-se que não é propriamente a de votar uma Moção, mas de votar uma Saudação à causa com esta posição.

Eu proponho a votação, se não se opuserem é isto que fazemos está bem?

Então, vamos votar."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e nove votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, um do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE) e duas abstenções do PPD/PSD.CDS-PP).

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período da Ordem do Dia.

<u>Período da Ordem do Dia</u>

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Formalmente vamos entrar no ponto um que é a Informação do Sr. Presidente da Câmara e informalmente eu convido o Sr. Presidente da Câmara, não deve ter nenhuma novidade significativa de ontem para hoje, a considerar que disse tudo o que tinha para dizer.

Pergunto aos Srs. Membros da Assembleia se têm questões novas para colocar? Ontem arrumaram todas, muito bem todos de acordo.

Vamos então à nossa extensa ordem de trabalhos e eu peço ao Sr. Presidente da Câmara que faça uma apresentação sumária dos pontos todos."

PONTO DOIS – Regulamento de Concessão de Benefícios às/aos Bombeiras/os Voluntárias/os do Concelho de Palmela.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, obrigada Sra. Presidente.

O ponto número dois, Regulamento de Concessão de Benefícios às Bombeiras e Bombeiros Voluntários do Concelho de Palmela, é um processo em que o município se tem empenhado, desde há algum tempo, mesmo sem regulamento, no âmbito das suas políticas sociais o município já promove, comparticipa atividades de interesse municipal para os bombeiros de âmbito social, cultural, desportivo e que se podem revestir na forma de concessão de subsídios, isenção, entradas nalguns espetáculos, etc., mas também podem atingir a forma de isenção ou redução de impostos, taxas, tarifas, preços, bem como da autorização para utilização de infraestruturas e equipamentos ou outras consideradas de interesse para promover o exercício do voluntariado dos Bombeiros.

Em dois mil e dezoito, no final do ano, foi aprovado o início do procedimento de elaboração do Regulamento de Concessão de Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Palmela e nos termos do CPA foi aberto um período de vinte dias destinado à participação dos interessados.

Por volta do mês de maio atendendo até à saída de legislação que clarificava o enquadramento legal no âmbito até do código do SIMI, IMI para todos entenderem, a forma de atingir este objetivo de redução de impostos, em vez de termos trazido em maio, junho, de novo o regulamento aos órgãos houve um período de estudo e de recolha de pareceres jurídicos e só em dezembro de dois mil e dezanove voltámos a trazer um Projeto de Regulamento de Concessão de Benefícios aos Bombeiros do Concelho a reunião de Câmara.

Voltou a haver uma consulta pública no prazo de trinta dias, a consulta pública que veio a estar agendada e que decorreu entre dezassete a vinte e oito de Fevereiro já do presente ano, e houve um contributo muito pertinente que permitiu detalhar e precisar alguns aspetos e permitiu aperfeiçoar a redação do projeto. Isto significa que o contributo foi praticamente integrado na sua totalidade. Não está na proposta mas convém dizer que todo este processo iniciado em dois mil e dezoito teve sempre um acompanhamento e uma participação de vários membros dos Corpos de Bombeiros e em particular dos Comandantes.

Finalmente aprovámos, esteve de novo à disposição de pronúncia de interessados, não houve alterações e cremos que está em condições para merecer a apreciação e a deliberação da Assembleia Municipal."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Muito bem.

Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta, ponto número dois.

Sr. Membro da Assembleia António Godinho."

O **Sr. António Godinho do PS:**

"Obrigado Sra. Presidente, saúdo na sua pessoa todos os presentes.

Nunca o lema do bombeiro vida por vida foi tão atual como os dias que correm constituindo uma das frentes de combate à pandemia. Com os polícias, médicos, enfermeiros, as corporações de bombeiros têm-se mostrado incansáveis na ajuda ao seu semelhante. É pois da mais elementar justiça que possam receber os apoios necessários para continuar a desempenhar esta nobre tarefa humanitária e social, sempre deixando o eu de lado e dando primazia ao nós mesmo que isso implique correr riscos pessoais os bombeiros portugueses e as bombeiras portuguesas têm dado o exemplo de altruísmo e dedicação que vão rareando em muitos outros setores com grandes responsabilidades na sociedade portuguesa.

O PS identifica-se desde sempre com estes valores e atitudes e, por isso, naturalmente, votará a favor desta proposta.

Disse."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia António Godinho.

Dou a palavra ao Bloco de Esquerda, Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Mais uma vez, obrigado Sra. Presidente.

Relativamente à proposta do Regulamento de Concessão de Benefícios aos Bombeiros e Bombeiras, tenho a dizer que me parece um bocadinho injusto que se dê tão larga gama de benefícios aos bombeiros, independentemente do mérito que estes voluntários põem na causa de apoio a pessoas com necessidades, em emergência médica e outras.

Considero que há aqui questões, nomeadamente a questão da prioridade nos critérios de concedimento de habitação municipal, depois, também, da prioridade das vagas existentes para o complemento de apoio à família, no caso dos descendentes do agregado poderem ter acesso a este complemento de apoio à família, em detrimento de outras crianças. Aqui a questão é simplesmente esta, e se não houver mais vagas deixa-se a outra criança, outro requerente, de mãos a abanar? Penso que nesta questão é um bocadinho exagerado.

A questão da redução do IMI, parece-me também ela por si um bocadinho injusta a todos os demais residentes no município.

Mais eu acho que nos acessos às estruturas do município, aos ginásios, aos museus, às piscinas, todos os serviços que acarretem custos para o utilizador e que são propriedade do município, aí estou plenamente de acordo, no mais parece um bocadinho injusto perante todos os outros munícipes do concelho.

De qualquer forma, apesar destes reparos, o Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente, embora, como já disse, levantando aqui estas questões que não sei se depois o Sr. Presidente da Câmara terá a oportunidade de esclarecer com mais detalhe.

Disse."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Agora dou a palavra ao MIM, Sr. Membro da Assembleia Mário Baltazar."

O **Sr. Mário Baltazar do MIM:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Em relação a este ponto do Regulamento de Concessão de Benefícios às/os Bombeiros Voluntários do nosso Concelho, queria dizer e referir o seguinte, que é com bastante agrado que vimos mais uma proposta para atribuição de benefícios aos Bombeiros do nosso concelho, foi uma proposta sempre inicialmente defendida por nós mas, como sabeis, falamos de homens e mulheres que deixam tudo para trás nas suas vidas em prol dos outros. São uma classe muito mal paga, sem o devido reconhecimento pelo Estado Central em determinados momentos.

Embora nós consigamos agora, também, perceber qual a razão de este processo não ter avançado muito mais cedo pois, como sabeis, na altura existiam algumas certezas com as questões legais em relação ao IMI.

De realçar a única sugestão apresentada e o seu fundamento por parte da Associação Humanitária também de Bombeiros Voluntários de Águas de Moura, que veio ajudar e complementar este regulamento na sua concessão e benefícios quer sejam a níveis fiscais, sociais, culturais e desportivos aos Bombeiros do nosso Concelho.

Assim a Bancada do MIM irá votar favoravelmente esta proposta.

Muito obrigado."

O **Sr. António Godinho do PS** ausentou-se da sala pelas 22:42 horas.

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra agora a CDU, Sr. Membro Joaquim Pires."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Muito rapidamente, boa noite a todos e a todas, Sra. Presidente da Mesa.

A CDU perante esta proposta congratula-se com a iniciativa tomada pela Câmara, considera mais que justas as medidas que são propostas no documento e declara que vai votar a favor.

Obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Então mais alguma intervenção nesta fase?

Sr. Presidente, para esclarecer alguma questão."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, um pequeno esclarecimento sobretudo para o Sr. Membro do Bloco de Esquerda.

Esta questão da justiça e da paridade e sobretudo naquilo que se cruza com outros regulamentos de atribuição de bolsas de estudo, habitação, etc., etc., está devidamente salvaguardada porque o aspeto e o critério essencial tem que ver com os rendimentos do agregado, etc., etc., só em caso de empate é que é dada prioridade a um membro do Corpo de Bombeiros e que tenha, de facto, preenchidos estes requisitos todos de anos de serviço e de voluntariado.

Quanto à questão do IMI, é uma possibilidade legal que demorou o tempo a ser percebida, entendida e sobretudo para poder ser tecnicamente exequível, isto depois tem aqui um conjunto de comunicações à Autoridade Tributária, etc., etc. A partir do momento em que houve a clarificação legal que era possível, porque nós também logo no início do mandato tivemos esta discussão e eu tive oportunidade de dizer que não havia enquadramento legal para o fazer e tivemos que esperar outras medidas que finalmente permitem esta discriminação.

Cremos que estas medidas são justas e há outros considerandos que não vale a pena aqui recordar acerca daquilo que deveria ser o financiamento dos Corpos de Bombeiros, o subsídio de risco que deviam ter, não só os Bombeiros mas até outros profissionais de outros serviços essenciais, neste âmbito até do combate à pandemia. Foram feitas propostas por vários grupos parlamentares, infelizmente não foram aprovadas, mas era de todo justo que também por essa via legislativa pudesse haver um acréscimo remuneratório, duma

determinada percentagem àquelas atividades profissionais que têm serviços essenciais, serviços de apoio nestes contextos.

Este é um sinal que pensamos que a nível municipal também devemos dar para incentivar sobretudo o voluntariado, que é cada vez mais difícil nas nossas Associações. O modelo do voluntariado e do associativismo nos Bombeiros é um modelo muito estudado, muito elogiado em Portugal, na Europa é quase caso único esta forma, isto versus Bombeiros profissionais, enfim, também há os Sapadores etc., mas cremos que esta é a forma de manter viva esta tradição das Associações de Bombeiros Voluntários, embora muito já sejam assalariados, mas mas dão ainda muito mais horas à corporação em todos os momentos quando é necessário. O voluntariado continua a ser aquilo que sustenta a capacidade de resposta das corporações em qualquer momento e é um sinal de incentivo, e acho que é importante que todos votemos isto por unanimidade."

O **Sr. Pedro Biu do PS** ausentou-se da sala pelas 22:45 horas.

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar esta proposta, ponto número dois."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (quinze da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Vamos passar ao ponto número três Sr. Presidente."

PONTO TRÊS – Alteração ao Regulamento de Urbanização e Edificação do Município de Palmela (RUEMP).

O **Sr. Pedro Biu do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 22:48 horas.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Procurarei resumir a proposta, procurando explicar o seguinte:

O decreto-lei catorze de dois mil e dezanove que introduziu alterações à gestão do Sistema Nacional de Proteção de Florestas Contra Incêndios e quando começamos hoje a ter, ainda, com mais atenção e consideração as questões das faixas de gestão de combustível, as áreas confinantes, espaços florestais e quais são os condicionalismos que devem haver à edificação nesse espaço, houve aqui necessidade de passar a considerar um conjunto de regras em que os Regulamentos de Urbanização e Edificação dos vários municípios não estavam preparados para depois podermos escrutinar o cumprimento dessas regras.

Por outro lado, há um conjunto de pareceres que são obrigatórios e que têm também de percorrer um conjunto de parâmetros que são solicitados à Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Palmela mas que nós, aqui, na área da Arrábida, temos uma Comissão Intermunicipal com os três municípios e, às vezes, quando temos que pedir um parecer que tem que ainda, por cima, colher unanimidade imaginem o que era

os senhores das Infraestruturas de Portugal, tem que estar o representante do Parque Natural da Arrábida, tem que estar a reunir em cada uma das comissões ainda por cima com regulamentos diferentes e, às vezes, algumas normas diferentes.

Houve um trabalho feito pelas três Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, costumam trabalhar já em conjunto Palmela, Setúbal e Sesimbra, e relativamente aos critérios houve a necessidade de fazer verter esta legislação para estar hoje no Regulamento de Urbanização e Edificação. De grosso modo é isto, penso que não vale a pena discutir quais são as normas que elas são de aplicação obrigatória, são legais e depois de termos tomado os passos da tramitação necessária após a abertura do procedimento, os dez dias para a constituição de interessados, percorremos estes passos todos, não houve pronúncia, já houve estas fichas técnicas que diziam como é que tínhamos que introduzir isto no regulamento, penso que o regulamento está em condições de ser apreciado e votado e que irá, finalmente, cumprir o objetivo de responder à legislação e facilitar a análise dos processos urbanísticos que vierem a ocorrer nestes espaços que tenham a proteção especial.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Maria Dulce Marques do PS** ausentou-se da sala pelas 22:50 horas.

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta, questões?

Não havendo proponho a votação do ponto número três."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (quinze da CDU, sete do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Sr. Presidente agora não sei como é que quer fazer, trata por grupos de tema ou tem outra abordagem?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Eu abordaria genericamente o tema, resumindo as principais alterações. Não fizemos isto individualmente para maçar ninguém, é porque é muito mais prático ser depois contratualizada, assinado e trabalhado com cada uma das freguesias e até porque passou a haver algumas diferenças nos anexos."

PONTO QUATRO – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Reposição de pavimentos em calçada e outros – Junta de Freguesia de Palmela.

PONTO CINCO – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Reposição de pavimentos em calçada e outros – Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.

PONTO SEIS – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Reposição de pavimentos em calçada e outros – União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

PONTO SETE – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Reposição de pavimentos em calçada e outros – Junta de Freguesia de Pinhal Novo.

PONTO OITO – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Recolha de monos, verdes e afins – União das Freguesias de Poceirão e Marateca;

PONTO NOVE – Alteração ao Acordo de Execução – Gerir e assegurar a manutenção dos espaços verdes – Junta de Freguesia de Quinta do Anjo;

PONTO DEZ – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados – Junta de Freguesia de Quinta do Anjo;

PONTO ONZE – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados – União das Freguesias de Poceirão e Marateca;

PONTO DOZE – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados – Junta de Freguesia de Pinhal Novo;

PONTO TREZE – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Limpeza e desmatação de bermas em vias e estradas municipais asfaltadas – União das Freguesias de Poceirão e Marateca;

PONTO CATORZE – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Limpeza e conservação de espaços desportivos descobertos e de jogo e recreio municipais – Junta de Freguesia de Palmela;

PONTO QUINZE – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Limpeza e conservação de espaços desportivos descobertos e de jogo e recreio municipais – Junta de Freguesia de Quinta do Anjo;

PONTO DEZASSEIS – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Limpeza e conservação de espaços desportivos descobertos e de jogo e recreio municipais – Junta de Freguesia de Pinhal Novo;

PONTO DEZASSETE – Alteração ao Contrato Interadministrativo – Limpeza e conservação de espaços desportivos descobertos e de jogo e recreio municipais – União das Freguesias de Poceirão e Marateca;

PONTO DEZOITO – Alteração ao Acordo de Execução – Assegurar a realização de pequenas reparações e promover a manutenção dos espaços envolventes nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico – Junta de Freguesia de Palmela;

PONTO DEZANOVE – Alteração ao Acordo de Execução – Assegurar a realização de pequenas reparações e promover a manutenção dos espaços envolventes nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico – Junta de Freguesia de Quinta do Anjo;

PONTO VINTE – Alteração ao Acordo de Execução – Assegurar a realização de pequenas reparações e promover a manutenção dos espaços envolventes nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico – Junta de Freguesia de Pinhal Novo;

PONTO VINTE E UM – Alteração ao Acordo de Execução – Assegurar a realização de pequenas reparações e promover a manutenção dos espaços envolventes nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico – União das Freguesias de Poceirão e Marateca;

PONTO VINTE E DOIS – Alteração ao Acordo de Execução – Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros – União das Freguesias de Poceirão e Marateca;

PONTO VINTE E TRÊS – Alteração ao Acordo de Execução – Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros – Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Queria recordar os principais aspetos que conduziram este processo, nós no final do ano passado, com as nossas Juntas de Freguesia, fizemos a avaliação de cada um dos acordos de execução e contratos interadministrativos, sinalizámos algumas áreas onde reconhecíamos a necessidade de atualizar áreas e

espaços de intervenção, mas, também, atualizar valores dessas intervenções considerando que há, naturalmente, variação de preços, a inflação, há um acréscimo de custos com maquinaria e equipamento etc., e até com despesas de pessoal que ainda assim ganha mal, os assistentes operacionais que são aqueles que sobretudo trabalham nestas áreas continuam a ser muito mal pagos, mas ainda houve algumas atualizações e alguns aumentos. Tínhamos já perspetivado que haveria necessidade de fazer estas atualizações, mas estávamos em período de elaboração e aprovação das Grandes Opções do Plano e agendámos, depois, esta negociação para os meses seguintes e a sua contratualização para o mês de maio, quando teríamos a revisão ao orçamento e houve um conjunto de compromissos que foram assumidos à cabeça, diria assim. Atualização dos contratos e acordos em dois mil e vinte após a revisão orçamental, mas com efeitos retroativos todos eles a janeiro de dois mil e vinte, as propostas foram feitas e refeitas, discutidas e consensualizadas com todas as freguesias.

Principais atualizações/novidades:

- Aumento do valor do metro quadrado no caso do contrato interadministrativo de limpeza e conservação de espaços de jogo e recreio e polidesportivos descobertos, não alterámos a tipologia das intervenções apenas aumentámos o valor por metro quadrado;

- Aumento do valor do metro quadrado no acordo de execução para a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, também não alterámos a natureza das intervenções que, aliás, havia sido atualizado no ano anterior e também passou a estar mais claro aquilo que são intervenções mesmo querando chamar de pequenas ou menos pesadas, ainda assim pela sua complexidade técnica, ou tecnológica, tenham que ser assumidas pelo município e isso, também, quando há alguma dúvida negociamos com cada uma das Juntas;

- Procedeu-se, também, ao aumento da área total do contrato interadministrativo de reposição de pavimento em calçada e outros, que é um contrato que quase nem precisava disto porque tem uma cláusula, que eu creio que é da mais justas que nós inventámos ao longo destes anos de experiência nesta matéria, que é possibilitar sempre os acertos. São feitas as contas, esgotou-se o plafond, é preciso continuar a fazer, façam e nós acertamos contas com as Juntas, mas, ainda assim, considerando que, nos últimos anos, havia uma ou outra freguesia que sistematicamente ultrapassava o número de metros quadrados médios por ano fizemos, também, aqui, umas afinações e de uma maneira geral quase todas as Juntas aumentaram ou, pelo menos, aproximaram-se do valor médio da Junta de Freguesia que tinha mais área por tratar;

- Foi feita também a atualização do valor por metro linear do contrato interadministrativo de manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados de acordo com a inflação;

- Atualizações mais significativas foram feitas na ordem dos dez vírgula nove por cento no valor do contrato interadministrativo para recolha de monos na União das Freguesias de Poceirão e Marateca, que tem estado a recolher muito mais e também o facto de a freguesia estar distante, fazer muitos quilómetros e muitas viagens para a entrega dos respetivos resíduos valorizáveis, ou não, na AMARSUL, sendo que a compostagem às vezes pode levar mais perto para a Setúbal. Aliás, já tínhamos discutido isto aqui com o tempo esta história dos verdes e monos vai ter de ir aumentando e, de facto, foi todo justo fazer também aqui um aumento de dez vírgula nove por cento que ainda anda à volta de mais cinco mil euros;

- Também foi feita uma atualização na ordem dos dez por cento do valor do contrato interadministrativo para limpeza de bermas de estradas asfaltadas fora dos núcleos urbanos, apenas com a União das Freguesias de Poceirão e Marateca porque nas outras freguesias as estradas asfaltadas, as bermas, são feitas pela Câmara Municipal;

- Foi, naturalmente, feita a atualização dos valores a transferir por cada unidade funcional de trabalho de acordo com o aumento do salário mínimo nacional, o que era legalmente exigível como é óbvio porque nós anualmente transferimos uma verba por cada unidade funcional de trabalho e essa verba quando há alterações tem que ser aferida e temos que ressarcir as Juntas;

Só para vos dizer que, sem prejuízo de procurar dar com algum detalhe ou as explicações que as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia entendam por convenientes, resumiria desta forma e dava-vos este valor. Há um aumento de setenta e três mil euros nas transferências a realizar para as Juntas, ontem falávamos na

Prestação de Contas que de dois mil e dezoito para dois mil e dezanove tinha havido um aumento de cinco vírgula quatro por cento das transferências para as Juntas de Freguesia, pois bem então de dois mil e dezanove para dois mil e vinte há um aumento de seis vírgula nove nas transferências. As Freguesias passarão a receber, para o exercício das competências delegadas, um milhão cento e quarenta mil seiscentos e vinte e dois euros e noventa e dois cêntimos.

Resumidamente é isto, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos abordar em bloco as questões?

Dou a palavra ao Sr. Membro da Assembleia Jorge Freitas."

O **Sr. Jorge Freitas do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente, aproveito para cumprimentar todos os presentes na sua pessoa.

Eu vou cingir-me ao bloco dos pontos quatro, cinco, seis e sete.

A descentralização das atividades nos municípios é algo defendido seriamente pelo Partido Socialista, prática que já vem sendo implementada desde há muito tempo resultando, no nosso entendimento, no benefício direto para as populações.

A bancada do Partido Socialista avalia este processo como positivo, pois num concelho com as características como o nosso, pela dispersão geográfica, os protocolos com as Juntas de Freguesia permitem avanços e ganhos na execução de diversas atividades de manutenção em benefício dos fregueses pela proximidade como é o caso da reposição de calçadas. Também com igual satisfação para as próprias Juntas de Freguesia que potenciam as suas capacidades de intervenção, aliando o fator de a proximidade e o maior e exclusivo conhecimento da realidade local.

No caso concreto dos protocolos reposição de calçadas, pontos quatro a sete desta Assembleia com as quatro freguesias no nosso concelho, considerando a experiência anterior, as dinâmicas desenvolvidas, a proximidade com os ativos acreditamos na eficiência e qualidade do serviço e desenvolvimento sustentável.

A Bancada Partido Socialista votará favoravelmente os pontos relativos a este assunto.

Disse."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Isso mesmo, estamos a falar das propostas dos pontos, aliás, quatro, cinco, seis e sete.

Mais alguma intervenção?

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, por favor."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Boa noite a todas e a todos, Sra. Presidente, Mesa, caros eleitos do Executivo, Membros desta Assembleia.

Para mim, enquanto autarca de freguesia, é um prazer estar nesta altura a receber aqui esta proposta que foi discutida em conjunto. E se isto pode parecer uma coisa normal é porque eu acredito neste tipo de descentralização, eu acredito numa descentralização discutida, numa descentralização avaliada e na

possibilidade de termos, aqueles que executam, capacidade notável de operar soluções melhores para as nossas populações.

Eu acho que as propostas que hoje vêm e estou a falar, Sra. Presidente, em termos globais não enumerando as propostas, mas todas aquelas que dizem respeito à Freguesia de Quinta do Anjo certamente nos virão trazer aqui um acréscimo de responsabilidade que assumimos, obviamente, mas também um acréscimo de meios e uma maior agilidade na produção de soluções para cumprir estas obrigações.

Esperemos nós que, a partir de vinte e um o desejavelmente seria vinte e dois para não confundirmos os processos, os novos processos de descentralização que se preconizam ao nível da Administração Central, passando pelos municípios para caírem nas mãos das freguesias, tenham também eles um mesmo processo de construção a bem das populações.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada também.

Dou a palavra ao PSD/CDS."

O **Sr. António Godinho do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 23:04 horas.

A **Sra. Maria Dulce Marques do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 23:04 horas.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Dos contratos interadministrativos sempre defendemos e votamos favoravelmente os contratos que, na altura, há muitos anos, se chamavam Protocolos. Ainda sou desse tempo. Entretanto temos votado favoravelmente e concordamos com a descentralização. Agora parafraseando o que o Sr. Presidente às vezes aqui diz, podemos não ter é pessoal para fazer o trabalho como deve ser, aí já não posso corroborar as palavras do António Mestre do executivo de Quinta do Anjo. Ora, nós sabemos que nos executivos há pessoas que não estão nem a meio tempo, nem a tempo inteiro, há uns que vão às reuniões, eu sei do que é que estou a falar e não estou a condenar que as pessoas tenham as suas profissões, portanto é muito difícil depois controlarem, no bom termo da palavra, de verem se o trabalho foi feito, mesmo que o Presidente de uma freguesia grande tenha que andar sempre de carro para trás e para a frente. O meu, não é receio, mas mais uma vez e quase todos os anos aqui faço este apelo, perguntam-me assim "estás contente com o contrato interadministrativo das calçadas, na execução?" Não, aliás nós desde o início, no outro mandato ainda, chegámos logo à conclusão quem conhecia, por exemplo, a Freguesia de Quinta do Anjo e a Câmara veio a corrigir posteriormente os metros, mas aqui até posso dizer o mesmo em relação ao Pinhal Novo com os bairros que lá existem, é certo que não há buracos todos os dias, mas bem sabemos que muitas vezes as juntas não dispõem deste tipo de trabalhadores especializados. Mas agora já há cursos de formação para calceteiros novamente e tudo mais.

Agora da parte das juntas, e dos Executivos, ou dos encarregados, as pessoas tem que ter o seu brio e ir ao local e ver os buracos. Eu tenho pedras espalhadas na Quinta do Anjo por tudo quanto é sítio, eu até já propus ao António Mestre um dia irmos os dois recolher as pedras com um saco (pedras da calçada). É este tipo de brio, de trabalho e de exigência que eu acho que nós temos que ter independentemente de sabermos que as pessoas ganham pouco. Eu também me queixo do mesmo, eu sou como a Teresa Marta, eu não tenho contratos públicos, trabalho para o privado. A minha ordem profissional não me deu nada. Se eu não tiver rendimentos, se calhar, não pago ao fisco ou à Segurança Social. Por isso é que até concordei também com muitas das coisas ditas, não pagarei se tiver impossibilidade, não é por ser incumpridora.

Estas questões, e sei do que é que estou a falar porque também já tive estas funções na Junta, ou a pessoa se consegue entregar. E se não temos tempo, como eu às vezes não tenho, mais vale não estarmos, porque isto de só queremos ser candidatos e não fazermos o trabalho. Eu sei que temos que ter em conta a nossa atividade, mas temos que ter alguma disponibilidade para isto, porque se não isto de querer só o lugar pelo lugar não chega.

Eu faço votos e não vos maço mais, mas temos que ter algum brio no trabalho que fazemos e alguma exigência, e da parte dos trabalhadores também temos que incutir, mesmo a ganhar mal eu sei disso, algum brio e algum gosto pelo trabalho. Na Quinta do Anjo conheci muita gente com gosto pelo trabalho, agora, sinceramente, alguns não conheço pessoalmente nem posso avaliar, mas acho que faz sempre falta, uma chefia mas não para andar de chicote. Nunca mais me esqueço de uma história, quando tivemos a luta com a CDU lá em Quinta do Anjo que diziam os trabalhadores, alguns sindicalizados, outros não, que eu os perseguia e eu nunca persegui ninguém, eu ia ao local ver se o trabalho estava feito, mas passado uns anos de me vir embora diziam-me assim: "Você devia voltar que no seu tempo é que era organização", mas era minha e do executivo. Os executivos são um grupo de pessoas que têm que se dedicar ao trabalho ou pelo menos algumas horas, e é nisso que eu às vezes teimo.

Sr. Presidente, estas alterações aos Contratos Interadministrativos concordando com a descentralização o meu justo receio é sempre esse, é o não acompanhamento dos trabalhos.

E é só."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Pediu a palavra Partido Socialista, Patricia Caixinha."

O Sr. Jorge Freitas do PS ausentou-se da sala pelas 23:09 horas.

A **Sra. Patrícia Caixinha do PS:**

"Obrigada, Sra. Presidente.

Muito rapidamente, nós tínhamo-nos dividido por pontos, eu vou fazer referência aos pontos dez, onze e doze, que tem a ver com a manutenção e conservação de caminhos e arruamentos não asfaltados, vou referir na generalidade as freguesias, sendo que haverá aqui algumas diferenças como o Sr. Presidente da Junta já teve oportunidade de referir.

Relativamente a este ponto apenas algumas notas, as alterações ao valor por quilómetro continuamos a considerar que são manifestamente baixas e a nosso ver até francamente insuficientes face à quantidade dos caminhos existentes que até é enorme em algumas destas freguesias, estou-me a lembrar do caso particular do Pinhal Novo. É que os aumentos que vemos aqui explanados no contrato, referem-se a cerca de mil/mil e quinhentos euros a mais, portanto, as verbas consideramos que são, de facto, insuficientes.

Isto é um facto que causa algum desconforto, senão enorme desconforto às populações e em alguns casos até é pouco seguro e por outro lado causa, também, desconforto a todos nós enquanto autarcas que temos o dever de resolver estes problemas para e pelas populações.

Bem sabemos que um dos critérios da atualização destes valores passa pela avaliação dos relatórios apresentados pelas juntas relativamente aos trabalhos e à execução dos mesmos, mas neste ponto, também, não podemos deixar de reforçar que no que diz respeito à execução por parte de alguma juntas já em várias Assembleias de Freguesia tem vindo a apontar problemas, nomeadamente o asfaltamento, o que reflete a falta de verbas e demais para a execução dos trabalhos que são, de facto, necessários.

Independentemente de execução, que sabemos que é da competência da junta, parece-me que a Câmara Municipal tem a responsabilidade de reconhecer que estas verbas são insuficientes, como também já é referido em várias dessas sessões de Assembleia.

Uma questão que me ressalta é que se há, de facto, esta falta de verbas, e que já tem sido referida em várias sessões, porque razão é que só desde dois mil e dezoito, foi a última atualização nestes contratos, se há, de facto, não sei como é que isso funciona isto agora sou um bocadinho leiga nesse aspeto, uma insuficiência por parte das juntas e se pode haver aqui algum pedido para a atualização anual, por exemplo. Mas, independentemente disso, neste sentido apelava-mos para que haja uma maior intervenção e colaboração da autarquia no sentido de perceber, efetivamente, quais são as verbas mais ajustadas à realidade de cada uma das freguesias para que estas possam otimizar o seu trabalho e satisfazer as necessidades das populações que servem.

Não obstante estas notas e porque estamos a falar de um aumento e de uma melhoria, a Bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente estes pontos.

E disse."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Mais intervenções? Não há?

Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer então dar alguma explicação."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Apenas uma breve nota e comentário.

Nós pensamos que o valor quilómetro é o justo, tem em consideração preços de mercado, sabemos, inclusivamente, quanto é que custa adjudicar ao exterior mas, também, sabemos que há Juntas que por vezes por avaria dos seus equipamentos, mas não acontece só às Juntas acontece também às empresas que trabalham com as Juntas, e acontece também a Câmara Municipal, não conseguem em tempo útil ter a maquinaria a atuar quando é necessário e não associamos, às vezes, a insatisfação de algumas reclamações propriamente à insuficiência de verba porque há, de facto, é a insuficiência de meios mecânicos ou de empresas possam fazer o trabalho em tempo útil e em condições.

Ainda assim, nós não tivemos tempo para ver aqui outro aspeto que procuraremos corrigir ainda para o próximo, mas que não queremos corrigir para dar ainda menos dinheiro às freguesias, é que há um conjunto de asfaltamentos em curso e, em princípio, também é bom reconhecer que ao asfaltarmos reduz o número de quilómetros a conservar, é normal que o acréscimo não seja muito significativo porque há, também, já menos quilómetros para tratar.

Em todo o caso esta é uma matéria que estamos disponíveis para continuar a negociar com as nossas juntas, sabemos das suas necessidades, também sabemos da disponibilidade orçamental do município. Às vezes é preferível receber-se menos ali qualquer coisa na junta e acabar-se com um problema que é o tal aceiro onde as juntas não vão lá duas ou três vezes por ano mas têm que ir lá dez vezes por ano, e é nisso que nós estamos a intervir para que deixe de ser aceiro, e deixe de precisar desta conservação e manutenção e é neste equilíbrio que tem sido feita a negociação.

Gostava de conhecer valores de referência de outras autarquias, de outros pontos do país, e até na lógica da descentralização forçada, que não tem que ver com esta negociada, que está em curso e que, aliás, estamos a ser pressionados para que até final deste mês, e talvez com um prazo de mais quinze dias, informar a DGAL de quais são as verbas das várias competências que passaram a ser próprias das freguesias mas que as freguesias recusaram, esse é outro aspeto muito curioso, eu não estou a fugir da questão nem a divagar, é um problema concreto que vai levar-nos a ter de conversar mas até gostava que as Associações Nacionais de Municípios e Freguesias dado que o Governo deixou isto agora assim e agora desenrasquem-se porque competências próprias é vir o dinheiro diretamente do Orçamento de Estado, porque aquilo que está gizado afinal não é competência própria nenhuma porque a verba que vai vir do Orçamento de Estado sai do Orçamento da Câmara e vai depender de negociação e da boa vontade ou do

entendimento de um e de outro e isso não deve acontecer. Uma competência própria se isto passar, passar não, já é, vai ser, a partir de dois mil e vinte e um, competência própria das juntas, façam como fazem os municípios deem o dinheiro diretamente do Orçamento de Estado, é muito, é pouco, é o que é para a competência. Competência própria, financiamento próprio e autónomo independentemente, enfim, dos bonitos olhos deste ou daquele, ou daquela, Presidente de Junta ou de Câmara, e atenção que eu creio que estas questões da negociação até têm produzido bons resultados e trabalhamos com Presidentes de várias forças políticas, mas mais uma vez se perdeu uma oportunidade para fazer uma legislação de descentralização a sério bem articulada como a legislação de Finanças Locais a sério também para as freguesias.

Esta questão dos quilómetros dos aceiros é uma das áreas que, também, não é igual em todas as freguesias e onde há mais reclamações, mas procuraremos, também, dar o nosso contributo e o nosso apoio até em fornecimento, às vezes, de material em situações de rutura, também já aconteceu, acabamos sempre por acertar contas e ninguém fica prejudicado, mas é uma área que ainda pode vir a merecer ajustes em particular para dois mil e vinte e um, teremos oportunidade de discutir isso ainda em setembro/outubro."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia não há mais questões sobre estas propostas?

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar."

Submetida a proposta do Ponto Quatro a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Submetida a proposta do Ponto Cinco a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Submetida a proposta do Ponto Seis a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Submetida a proposta do Ponto Sete a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Submetida a proposta do Ponto Oito a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Submetida a proposta do Ponto Nove a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Submetida a proposta do Ponto Dez a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Submetida a proposta do Ponto Onze a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Submetida a proposta do Ponto Doze a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Submetida a proposta do Ponto Treze a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Submetida a proposta do Ponto Catorze a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Submetida a proposta do Ponto Quinze a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Submetida a proposta do Ponto Dezasseis a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Submetida a proposta do Ponto Dezassete a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Submetida a proposta do Ponto Dezoito a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Submetida a proposta do Ponto Dezanove a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Submetida a proposta do Ponto Vinte a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Submetida a proposta do Ponto Vinte e Um a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Submetida a proposta do Ponto Vinte e Dois a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Submetida a proposta do Ponto Vinte e Três a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Conseguimos cumprir com aquele objetivo que raramente atingimos, talvez por hoje ser sexta-feira ou talvez por ser a segunda reunião, e quero desejar a todos uma boa noite, um bom fim de semana, sobretudo que continuem de boa saúde, todos vós e os vossos, e continuação de bom trabalho para as nossas autarquias e muito obrigada a todos por terem estado esta noite, obrigada aos trabalhadores da Câmara que nos apoiam."

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e vinte e um minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Andreia Sofia Dias Bento**, na qualidade de Segundo Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e seis dias de junho de dois mil e vinte.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Segundo Secretário

Andreia Sofia Dias Bento